



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

MAGAZINE LUIZA S/A

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2022

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA
MAGAZINE LUIZA S/A

MÓDULO CONTABILIDADE APLICADA

ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS –
PROF. ANTONIO DONIZETI FORTES

CONTABILIDADE AVANÇADA – PROF. LUIZ FERNANDO
PANCINE

ESTUDANTES:

Aline D. G. de Oliveira, RA 1012021100194

Bruno dos S. Oliveira, RA 1012020100677

Láís Antônia Monserrat Silva, RA 101202100104

Sandra Aparecida de Lima, RA 1012020200110

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS	5
3. PROJETO INTEGRADO	6
3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	6
3.1.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS	6
3.1.2 JOINT VENTURES	31
3.2 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	42
3.2.1 AJUSTE A VALOR PRESENTE	42
3.2.2 VARIAÇÃO CAMBIAL	44
3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: ATUANDO GLOBALMENTE	48
3.3.1 ATUANDO GLOBALMENTE	48
3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	67
4. CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS	70

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe explorar na prática toda a teoria apresentada nos conteúdos aprendidos nas disciplinas de Análises de Normas e Pronunciamentos contábeis, e Contabilidade avançada com o objetivo de desenvolvermos este o aprendizado do último trimestre.

Sabemos que, como futuros contadores, precisamos ter pleno conhecimento das normas contábeis e aplicá-las à gestão do trabalho que iremos prestar aos nossos futuros clientes. Quando falamos em normas, temos, ainda, que ter consciência que esta está sempre se atualizando para acompanhar a economia do país que está em constante evolução.

Além de tudo, podemos vir a trabalhar em uma multinacional, e saber que há uma convergência internacional das normas contábeis que atenta para a uniformização das demonstrações contábeis é de suma importância. Para isso precisamos acompanhar as informações publicadas por organismos como: IFAD (Fórum Internacional para o desenvolvimento da contabilidade), IASB (International Accounting Standards Board), IASC (International Accounting Standards Committee), IFRS (International Financial Reporting Standards) que são responsáveis por elaborar e emitir as normas contábeis para a adoção das normas internacionais de relatórios financeiros.

Analisando todo o conteúdo apresentado, e para melhor elaboração desta apresentação, assim como a absorção do conteúdo, escolhemos uma empresa que cresceu surpreendentemente nos últimos anos O Magazine Luiza, que hoje é considerada a maior rede varejista do país, que além de crescer digitalmente, ainda vem expandindo suas linhas de atuação, comprando novas empresas e ampliando seu ramo de atuação.

Acreditamos que através da análise da empresa da senhora Luiza Trajano Donato, consigamos externar nossos conhecimentos, ampliá-los e transparece-los neste trabalho.

2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS

Criado na década de 50, em Franca, no interior de São Paulo, o Magazine Luiza, CNPJ 47.960.950/0001-21, Rua Voluntários da Franca, nº 1465, Bairro – Centro, foi fundado por Luiza Trajano Donato e Pelegrino José Donato e é uma das maiores redes varejistas do Brasil, contando com mais de 1000 lojas espalhadas por todo o país.

A partir de 2019, iniciou-se um novo momento do Magalu como uma plataforma digital de varejo, um ecossistema que contribui para que milhares de outros negócios ingressem no universo digital.

Cinco pilares sustentam este novo ciclo de negócios do Magalu, novas categorias, Superapp, entrega mais rápida, o Magalu ao seu Serviço (ou Magalu as a Service) e a Fintech. O desafio dos mais de 40.000 colaboradores da empresa é fortalecer esses pilares para que o ecossistema digital funcione de forma plena. Assim como das nossas empresas parceiras: Netshoes, Zattini, LogBee, Época Cosméticos, Estante Virtual, Consórcio Magalu, entre outras.

Este Magalu é marcado por sua velocidade. Levaram 43 anos para faturar 1 bilhão de reais em suas lojas físicas, origem da empresa. Precisam de apenas 10 anos para atingir a marca de 1 bilhão de reais em faturamento em seu e-commerce. E relâmpagos 2 anos para atingir esse mesmo valor com a operação de marketplace que, atualmente, reúne mais de 180.000 sellers, indústrias e varejistas dos mais diversos tamanhos, origens e especialidades. Em 2021, a soma de todas as vendas feitas pelo Magalu (online e offline) atingiu 56,0 bilhões de reais.

Nos últimos anos, o Magalu fez a opção estratégica pelo crescimento exponencial, por atingir um ritmo de expansão que multiplique o tamanho e a abrangência da empresa, fazendo com que ela permaneça relevante na economia digital.

Além de suas obrigações legais e econômicas, possui responsabilidades com a sociedade e com o meio ambiente, desenvolveram uma parceria com a ABREE (Associação Brasileira de Reciclagem de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos) para oferecer aos clientes o descarte ambientalmente correto e consciente de equipamentos eletroeletrônicos no fim de vida útil, de forma totalmente gratuita.

3. PROJETO INTEGRADO

3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA

Os procedimentos para validar e confirmar oportunidades e riscos para o processo de negociação, especialmente, Cisão, Fusão, Incorporação de empresa, é chamado de due diligence. Identificar, avaliar e mitigar os riscos econômicos, contábil, financeiros e administrativos são tarefas primordiais antes de se concluir um negócio de reestruturação societária.

3.1.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

As combinações de negócios, Fusão, Cisão e Incorporação, são operações societárias, descritas em artigos da Lei Nº 6.404/1976 e do Código Civil (Lei 10.406/2002).

A decisão sobre o futuro de um negócio deve ser pautada em informações reais e que realmente favoreçam ambos os lados, ou seja, de empresas que vão se fundir, incorporar ou mesmo daquelas que vão se cisionar. Contar com ajuda especializada é a melhor saída para evitar problemas durante o processo de constituição. Com uma consultoria, os profissionais poderão analisar as informações econômicas, contábeis e financeiras do negócio e oferecer um norte para que o empreendedor possa decidir sobre o futuro do seu negócio. Por vezes, a reorganização é necessária para enfrentar uma concorrência cada vez mais avassaladora, porém o caminho a ser definido deve ser muito bem planejado, levantando-se a área de atuação do negócio, o patrimônio disponível, os direitos e obrigações e demais informações. Dessa forma, cisão, fusão e incorporação podem ser boas soluções para as sociedades envolvidas conquistarem espaço no mercado.

Fusão

Na fusão, é realizada a união de uma ou mais sociedades com o objetivo de criar uma nova. Essas sociedades podem ser juridicamente diferentes ou não. Nesse processo, os sócios entram com seus ativos e passivos. Nele também pode ocorrer mudança no capital e alterações quanto aos sócios. Nesse sentido, os sócios podem entrar ou sair.

Fusão de empresas é uma operação jurídica que une duas ou mais empresas para dar origem a uma nova organização. Nesse modelo, as pessoas jurídicas deixam de existir individualmente e formam uma única sociedade, que concentra todo o patrimônio, direitos e obrigações das pessoas envolvidas.

O processo de fusão de empresas é muito comum em todo o mundo, nos mais diversos setores da economia. Considerando a dinamicidade do mercado e suas constantes transformações, este tipo de reorganização empresarial acontece para formar companhias ainda mais sólidas e poderosas. Pode-se constatar que esta é uma tendência do mundo empresarial, que se reflete na economia brasileira, na qual vários setores estão sendo totalmente reformulados, tendo em vista uma avalanche de reestruturações de empresas nacionais, capitaneada por companhias estrangeiras que desejam se fixar no promissor mercado brasileiro.

Na legislação brasileira, a fusão é regulamentada pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6404/76), que a caracteriza como “a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações”, e depende de autorização em Assembleia Geral.

No Código Civil, a fusão de empresas está descrita no Capítulo X, Da Transformação, da Incorporação, da Fusão e da Cisão das Sociedades, no Artigo 1.119, na qual se compõe a seguinte regulamentação: “A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações”.

Em sua descrição, entende-se que a fusão de empresas resulta no desaparecimento das empresas anteriores para a criação de uma nova, com um novo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e um novo dono. Um novo contrato social é redigido com os capitais sociais somados e sócios identificados, assim como seus patrimônios, bens, direitos e obrigações. No caso das S.A. (Sociedade Anônima), a fusão deve ser discutida e acordada em assembleia com todos os acionistas das empresas envolvidas, constituindo também um novo estatuto e definindo a nova divisão de ações. A formalização da soma dos capitais, patrimônios, bens, direitos e obrigações é feita após cautelosa avaliação de peritos. E a partir de então, a fusão pode ser concretizada, uma eleição de novos diretores deve ser realizada e o mercado deve ser comunicado. O fato é que as fusões de empresas se realizam legalmente conforme estabelecido para seus respectivos tipos, como também descrito no Código Civil, no

Artigo 1.120. Cada caso é extremamente específico e conta com diferentes particularidades.

O processo de fusão pode ser dividido em cinco principais tipos e cada um deles apresentar suas próprias características:

Fusão Horizontal: é a união de empresas que atuam no mesmo setor, para aumentar sua participação no mercado. É muito comum que, antes da fusão, ambas detenham a maior parcela de consumidores, com uma disputa acirrada entre si. Desta forma, a partir do momento em que se fundem, dominam o mercado e conseqüentemente passam a ter um lucro exponencial e a gerar diversas oportunidades. Um ótimo exemplo de fusão horizontal foi a união da Sadia com a Perdigão, duas gigantes na indústria de alimentos, que se transformaram na BR Foods, líder disparado neste setor de mercado no Brasil. A maior vantagem da fusão horizontal está no fato de que os clientes, antes divididos, passam a compor uma só cartela. Desse modo, as ações que antes eram criadas e direcionadas de acordo com apenas um público alvo, podem ser examinadas e especificadas de modo a conquistar todos os possíveis compradores para apenas uma companhia.

Fusão Vertical: une empresas que pertencem ao mesmo setor, mas não são da mesma cadeia de produção, ou seja, negócios que se complementam para buscar novas soluções em conjunto. A intenção aqui é garantir matéria-prima e mão de obra mais baratas de um lado e segurança em ter um comprador fixo da outra. Um exemplo para a fusão vertical de empresas foi a união da Embraer e da Boeing, chegando a valer USD 5,26 bilhões no final de 2018. Nesse sentido, a fusão vertical está diretamente ligada ao aumento do lucro da empresa. Com a mão de obra mais barata, bem como a matéria-prima com acesso mais simplificado, torna-se possível economizar em ambos os sentidos. Além disso, a receita pelo compartilhamento de valor entre ambas as companhias também aumenta, tornando o capital de giro da nova corporação ainda maior e mais impactante no mercado.

Conglomerado: é a fusão de empresas que atuam em setores totalmente distintos, para aumentar a diversificação de negócios. Existem duas formas de conglomerados: os puros e os mistos. Os puros são definidos pelas fusões entre empresas que não têm absolutamente nada em comum. Ou seja, empresas de segmentos diferentes e com produtos completamente distintos passam a trabalhar juntas. Nesses casos, muitas vezes

é realizada uma adaptação dos materiais de oferta, visando a criar um produto mais coeso e coerente, com maiores possibilidades de aceitação perante o público. Já os mistos são as uniões entre empresas que buscam estender as suas ofertas. Aqui, temos um bom exemplo que se concretizou recentemente, em 2019, que foi a fusão do Magazine Luíza (líder em vendas de eletrodomésticos e eletrônicos) com a Netshoes (líder em vendas de artigos esportivos). Com essa união, ambas as empresas aumentaram as suas vendas no mercado, pois puderam utilizar do nome e consolidação de marca uma da outra para aquisição de clientes. Sendo assim, continuam crescendo constantemente, se tornando cada vez mais as preferidas entre os consumidores. É vital ressaltar que, no conglomerado, tanto no puro, quanto no misto, o desafio gerencial é enorme, mas se antecipadamente bem planejado, resulta não só em sua expansão de ofertas, mas principalmente em grandes lucros.

Fusão de Extensão de Mercado: trata-se da união de empresas que atuam com produtos ou serviços similares, mas em mercados totalmente diferentes. Estas fusões ocorrem principalmente entre empresas situadas em países distintos, para que ambas conquistem mais espaço de mercado e diferentes tipos de consumidores. Por exemplo, uma empresa do nicho eletroeletrônico famosa no Brasil junta suas forças com uma companhia do mesmo ramo, mas na Alemanha. Dentro desse cenário, ambas as marcas passam a contar com uma prévia aprovação dos clientes, assim como maior facilidade para adentrar nos respectivos mercados internacionais. Com isso, é evidente que não apenas o lucro aumenta, mas também as possibilidades de expansão de marca. Assim, o crescimento de receita se mostra aparente a curto, médio e também a longo prazo.

Fusão de Extensão de Produto: trata-se da fusão de duas empresas que atuam com produtos ou serviços similares, e com a fusão, almejam aumentar suas ofertas, unificando seus catálogos, e assim conquistar mais fatias do mercado. A melhor parte deste tipo de fusão é que não apenas as companhias são beneficiadas, mas também os consumidores. Isso porque, ao terem em mãos uma maior oferta de produtos e serviços, podem contar também com as vantagens de ter mais facilidade para adquirir o que desejam.

Vantagens da Fusão

Se olharmos atentamente para a economia, perceberemos que não é à toa que a fusão de empresas vem acontecendo com tanta regularidade em todo o mundo. Muitas

são as vantagens que a nova empresa passa a ter perante ao mercado. Entenda algumas delas.

- Expansão e alcance de escala, com a fusão de empresas, a união dos públicos-alvo faz com que a sua abrangência e robustez sejam cada vez maiores e mais relevantes. Alcançar novos consumidores automaticamente demanda um crescimento altamente escalável, o que provavelmente faz com que a nova marca torne-se uma gigante do mercado.

- Diversificação da cultura, quando equipes diferentes se unem com um único propósito, o resultado costuma ser surpreendente. A fusão de empresas possibilita uma diversificação de cultura muito rica, mesmo que desafiadora. Empresas são feitas por pessoas e quando uma cultura ágil e acessível é construída por elas, além do sentimento de pertencimento que as fazem muito mais produtivas, a transformação dos produtos e serviços oferecidos também são percebidos e muito mais bem aceitos pelo mercado.

- Possibilidade de diversificação de mercado: Por mais versátil que um negócio deseje ser, é invariável que ele acabe focando em um determinado nicho para atender melhor as pessoas que compõem o seu público-alvo. Embora isso gere uma atuação assertiva, também limita como a empresa se posiciona no mercado, já que há menos possibilidades. Quando ocorre a fusão, por outro lado, o horizonte de ambos os negócios se expande e há a possibilidade de realizar uma diversificação maior de mercado.

- Aumento da abrangência de marca: Como há a união de dois públicos-alvo, a fusão de empresas normalmente têm um aumento da abrangência de marca. Como é improvável que as duas empresas compartilhem exatamente o mesmo público, há um ganho importante e completamente orgânico no alcance de público. Por si só, isso ajuda na robustez do negócio, que tem um número maior

de pessoas a serem atingidas. Isso também aumenta as oportunidades de conversão em vendas.

- Aumento das receitas: Com mais capacidade de mercado e exposta a um público maior, a nova empresa tem mais oportunidades de negócio. Daí, não é de se estranhar que a sua taxa de conversão também seja maior do que das outras duas empresas, separadamente. Com mais vendas e mais contratações há um aumento benéfico das receitas, gerando mais recursos para que o negócio continue se desenvolvendo. Esse processo, inclusive, colabora para resolver o rotineiro problema de saturação do mercado por parte das empresas, individualmente falando.

- Redução de custos: A fusão de empresas é sinônimo de sinergia em busca de objetivos comuns. Como é necessário que haja uma completa reestruturação para que surja a nova empresa, os processos tendem a ser otimizados, os desperdícios são eliminados e, os gargalos, corrigidos. Como resultado, a nova empresa começa com uma estrutura mais enxuta, eficiente e com uma benéfica redução de custos. Além de aumentar a margem de lucro, isso também permite o aumento de investimentos e o ganho de vantagem competitiva. Como reduzir o tempo de negociação.

- Diminuição dos riscos de mercado: Com o mercado altamente competitivo, qualquer ganho de vantagem competitiva faz a diferença. Levando em conta que a fusão de empresas permite uma união de esforços, a nova empresa se torna muito mais robusta às diversas modificações do mercado e passa a ser mais forte do que as duas, separadamente e antes da fusão. O resultado disso é que a nova empresa corre menos riscos de mercado já que consegue ter uma tomada de decisão mais estratégica, pois usa o know-how das duas empresas que existiam antes do processo.

- Melhores condições de atuação: Quando duas empresas se fundem, a terceira que se forma normalmente é maior do que as duas outras. Com melhores perspectivas de mercado e com os riscos reduzidos, a sua atuação também fica mais facilitada. Obter financiamentos, por exemplo, é mais fácil, já que há um volume maior de vendas e mais robustez por parte da empresa, que também é maior. Com isso, as duas empresas conseguem se livrar de possíveis dificuldades que estivessem limitando o seu crescimento de maneira geral.

Desafios da Fusão

Não são só as complexidades burocráticas os grandes desafios a se enfrentar em um processo de fusão de empresas. Quando a nova companhia é consolidada, algumas dificuldades aparecem, mas podem ser facilmente resolvidas com boas estratégias e tempo. Porém, como é de se esperar o processo não é simples e traz alguns obstáculos que precisam ser contornados. Por mais que ofereça todas essas vantagens, a fusão de empresas não oferece, por si só, nenhuma garantia para a nova empresa que vai surgir.

- Unificação de processos e tecnologias: Dentro de todos os setores de uma empresa (administrativo, financeiro, comercial, recursos humanos, operacional etc.) utilizam-se processos e tecnologias diversas. Quando acontece a fusão de empresas, a unificação de tudo isso é bastante complexa. A quantidade de dados a serem cruzados é vasta e a produtividade dos times não pode ser comprometida. Portanto, é essencial planejar com antecedência o máximo de detalhes possíveis em relação a esta unificação de processos e tecnologias. Para além de evitar a improdutividade, também é fundamental não impactar nos custos gerados por ferramentas repetidas e desnecessárias.
- Dificuldades na transformação de cultura: Para que um negócio seja bem sucedido ele precisa ter valores e uma cultura que os coloque em prática. Como cada negócio possui sua própria visão de mercado e seus próprios objetivos, é comum que culturas sejam muito distintas entre empresas diferentes. Enquanto uma empresa oferece mais flexibilidade, por exemplo, a outra pode ser mais focada em uma gestão vertical. Quando há a fusão, essas duas culturas também devem se fundir e gerar uma nova visão que vá orientar todos dentro da nova

empresa. Como é de se esperar, isso gera um verdadeiro choque cultural para ambos os lados, exigindo um tempo maior de adaptação para transformar as culturas que, até então, eram utilizadas e agora não são mais.

- **Conexão de times:** é um grande desafio. Imagine equipes com pessoas diferentes, gestões diferentes, culturas diferentes e que utilizam processos diferentes para realizarem suas atividades no dia a dia. Conectar toda essa força de trabalho de uma só vez é extremamente desafiador e pode gerar diversos conflitos. Por isso é importante que, também com antecedência, essa conexão seja muito bem pensada e que se crie um onboarding exclusivo para o “nova” empresa que se forma. É claro que grandes aprendizados causaram mudanças extremamente significativas conforme os times foram se alinhando. Porém descartar um planejamento prévio considerando as melhores formas de isso tudo acontecer de uma maneira bem sucedida, pode causar consequências drásticas no cotidiano e na cultura dos seus clientes internos.

- **Garantir a produtividade:** O processo de fusão de empresas pode ser demorado, mas ele simplesmente não pode interromper o funcionamento do negócio. Ao mesmo tempo em que a fusão acontece e é anunciada, a empresa precisa continuar produzindo e vendendo do melhor jeito possível. O grande obstáculo é que justamente estão acontecendo mudanças intensas e estruturais sobre todo o funcionamento da empresa. Com isso, há uma dificuldade inicial em manter o ritmo de produtividade, cumprindo acordos e aproveitando oportunidades, pois além de tudo isso ainda é necessário se adaptar à nova realidade. Esse desafio precisa ser vencido rapidamente, porque se a empresa fica parada esperando o processo de mudança se completar ela acaba perdendo a nova relevância de mercado que possui.

- **Acompanhamento de resultados:** São muitas as métricas e os resultados que uma empresa analisa diariamente para manter-se ativa e competitiva. Quando existe a fusão de empresas, a união destas informações, que muitas vezes são calculadas

e computadas de formas diferentes, também é um grande desafio. Para uma melhor experiência na hora de encarar esta dificuldade, é importante estarem presentes na conversa as pessoas que definiram até então quais foram os critérios de medição dos principais resultados até o momento da fusão. Desta forma, o alinhamento e a união dos dados das duas ou mais empresas podem ser feitos com mais clareza e precisão.

- **Obstáculos burocráticos:** Alguns desafios burocráticos fazem parte do processo de fusão de empresas, como: distinção dos tipos de empresa, seus diferentes tamanhos, os quadros societários e todas as minutas dos contratos, entre outros detalhes. Todas essas documentações devem ser revistas e alinhadas para se transformarem em uma só. A partir de então, tem-se o resultado da união das empresas.

Porém, mesmo com todos estes desafios, a expansão causada pela fusão de empresas acaba valendo muito a pena e abrindo portas para que a nova companhia formada possa gerar e se beneficiar de muitas oportunidades.

Afinal, quando uma empresa alia-se a outra, os lucros que antes eram separados de acordo com a quantidade de clientes de cada uma, passam a se juntar nas mãos da terceira nova empresa criada. Nesse cenário, os clientes também são compartilhados, o que é benéfico para ganhar um maior posicionamento no mercado e uma visão majoritária sobre as possibilidades para ascensão.

10 passos para Fusão

Seguimos, portanto, com um passo a passo mais específico de todo o processo de fusão de empresas, descrito em 10 etapas:

1 – **Análise das necessidades e possibilidades:** entender o porquê da fusão ser uma ação benéfica para o negócio e listar as possíveis empresas.

2 – **Seleção e negociação:** selecionar as empresas que mais tem a ver com o principal objetivo da intenção de fusão e iniciar as conversas e possíveis negociações.

3 – Auditorias e avaliações: passar um “pente fino” em todos os processos internos das empresas interessadas em se fundir para que o entendimento da criação da nova empresa seja claro e objetivo.

4 – Elaboração dos documentos necessários: contar com advogados especializados na composição do documento que decretará a fusão das empresas envolvidas.

5 – Obtenção das autorizações estatais necessárias: solicitação dos documentos necessários à justiça para que o processo corra dentro dos trâmites legais.

6 – Aprovação dos sócios: entendimento e aceitação de todas as partes envolvidas, como sócios e acionistas.

7 – Arquivamento na Junta Comercial e publicação: providenciar os registros e publicações nas autoridades competentes.

8 – Registros e inscrições complementares: analisar se existem mais documentos necessários para que a consolidação da união seja feita.

9 – Celebrações e alterações de contratos: últimas considerações e modificações nos contratos para os registros finais.

10 – Pós-operação: toda a definição de novas estratégias para o seguimento do negócio, desde as administrativas até as operacionais.

É importante ressaltar que cada caso de fusão tem suas singularidades burocráticas, então alguns desses passos podem se inverter ou até mesmo acontecer de forma simultânea. Tudo depende de condições contratuais que devem ser minuciosamente analisadas e integradas antes que ocorra a fusão de empresas. Está claro que a fusão de empresas consiste em processos complexos e extremamente delicados. Porém, se realizados de maneira estratégica, podem apresentar lucros exorbitantes e possibilitam o crescimento do mercado como um todo. Não é à toa que as fusões de empresas são cada vez mais comuns em seus mais diversos modelos. Independentemente do tipo de fusão utilizado, é fundamental ressaltar que essa união comumente trás benefícios para os empresários e também para os consumidores. Com a junção de forças que o projeto proporciona, os serviços e produtos oferecidos costumam ter sua qualidade aumentada, bem como o preço de mercado diminuído. Nesse sentido,

a procura aumenta, tanto por parte dos consumidores, quanto por parte da concorrência, para entender e estudar as novas estratégias de mercado. Sendo assim, o nome da nova empresa se consolida rapidamente no mercado, já que advém da união de marcas que já possuíam sucesso anteriormente.

Importância da Fusão

Essa união tem se demonstrado ser sinônimo não apenas de crescimento de marca no mercado, mas de lucros infinitos para quem adere a ela. Portanto, é uma ótima opção para quem não tem medo de arriscar e deseja construir novos caminhos no mundo corporativo. E, finalmente, se você tem interesse em fundir sua empresa com outra, temos algumas dicas muito importantes: busque sempre firmar acordos claros, definir responsabilidades e não ter pressa para que tudo se transforme logo em uma coisa só. Além de produtos ou serviços, muitas pessoas e processos estarão envolvidos e precisam de tempo para se adaptarem da melhor maneira.

Dicas para Realizar Fusão

- Faça acordos claros: É muito importante que tudo seja definido antes mesmo de a fusão acontecer, de fato. Quanto mais claro for o acordo entre as empresas, mais simples o processo se torna, já que é menor a necessidade de lidar com imprevistos e objeções. Ainda durante a negociação é importante definir claramente a contribuição de cada empresa, como cada processo vai ser executado, em quanto tempo e quais são os resultados esperados. Quanto mais proteção houver nesse sentido, melhores são os resultados.
- Tenha uma comunicação clara: O processo de fusão pode ser estressante não apenas pela proporção que toma, mas também pela quantidade de transformações que traz para o cotidiano de todos os envolvidos. Dependendo do caso, isso gera insegurança e receio sobre o futuro do negócio. Para evitar essa situação, o ideal é ter uma comunicação clara e aberta com todos os colaboradores e mesmo com os fornecedores, que sofrerão impactos dessa mudança. Ventilar informações sobre o processo de maneira consistente oferece segurança e respaldo, além de aumentar o engajamento dos envolvidos.

- Defina responsabilidades: O processo de mudança, qualquer que seja ela, precisa de um líder. No caso da fusão, não é diferente. Por isso, quando todos estiverem devidamente informados sobre o processo é muito importante definir responsabilidades claras para as pessoas certas. Em vez de querer promover mudanças em grupos maiores, vale dividir a empresa em equipes menores que tenham líderes completamente alinhados à nova cultura. Isso permite um gerenciamento mais adequado, maior ganho de produtividade e um processo que demora menos tempo.

- Comece integrando pessoas: Antes de pensar em começar a colocar os novos processos em prática é recomendado começar com a integração entre pessoas. Explicar a nova cultura, mostrar os benefícios da mudança e estimular o trabalho colaborativo são formas de gerar maior aderência por parte dos envolvidos. Depois desse processo inicial comece a integrar os processos. Com a ajuda das pessoas alinhadas à nova cultura, fica mais fácil conseguir processos otimizados.

- Esteja disposto a ouvir: Um processo de fusão representa, na prática, o trabalho em equipe elevado à máxima potência. Não é possível completá-lo de maneira isolada e, sendo assim, é muito importante estar aberto a novas opiniões, sugestões e assim por diante. Quanto mais disposto você estiver a ouvir tanto as pessoas da outra empresa como seus próprios colaboradores, melhores são as chances de o processo realmente dar certo dentro do esperado.

- Não apresse a mudança: Embora seja relevante determinar um tempo para que a fusão se conclua, até mesmo para fins de gerenciamento, apressar a mudança não traz resultados benéficos. Algumas vezes, é melhor estender o tempo necessário e conseguir um resultado melhor do que fazer tudo às pressas e comprometer a nova empresa. Por isso, é importante considerar que uma

mudança desse porte leva tempo e exige passos bem estruturados. Dessa forma, é possível agir de maneira contínua e consistente em busca dos resultados.

Empresas Brasileiras que Fizeram Fusão

Desde as de maior porte até as menores, muitas empresas brasileiras já passaram por fusão. O principal objetivo, é claro, é aproveitar todas as vantagens oferecidas, gerando mais penetração e participação de mercado e melhor disputa com a concorrência.

Em 2014, por exemplo, as empresas aéreas Azul e Trip decidiram se fundir, originando a Azul Trip. A união de forças criou a terceira maior empresa aérea brasileira, com 15% de participação de mercado à época.

Alguns anos antes, em 2011, a Vtex e a WX7 se uniram. As empresas do ramo de TI empresarial eram concorrentes diretas, mas tinham soluções complementares. Com a fusão, a Vtex, o nome foi mantido, mas o processo foi de fusão, faturou quase três vezes mais do que as empresas conseguiram separadamente.

Uma das maiores fusões no mercado brasileiro, entretanto, foi entre Sadia e Perdigão. Concorrentes históricas, elas se uniram e formaram a Brasil Foods (BRF), que já nasceu sendo uma das maiores do mundo no ramo alimentício.

No ramo de varejo, uma fusão que chamou a atenção em 2009 foi entre o Pão de Açúcar e as Casas Bahia. Por meio da Globex, as duas empresas se transformaram em uma só, mas as marcas foram mantidas.

Cisão

Na cisão, é realizada a divisão de uma empresa. Algumas empresas optam pela cisão devido à baixa nas vendas resultante das mudanças de mercado e concorrência. A cisão pode ser feita na totalidade da empresa ou parcialmente. Por meio dela, a empresa transfere uma fração do seu patrimônio para outra ou outras sociedades, que podem já existir ou ser criadas exclusivamente para esse fim. É uma operação que pode ser realizada tanto em sociedades anônimas quanto nos outros tipos de sociedade. No âmbito empresarial, essas definições podem ser complementadas, trata-se de uma ação

que irá transferir uma parte ou a totalidade do patrimônio de uma empresa para outra empresa.

O Art. 229 da Lei 6.404/1976 acrescenta alguns itens, no que se refere a definição desta operação societária: *A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.*

Muitas empresas optam pela cisão para fazerem uma reorganização do negócio, e são vários os motivos que podem levar a essa separação, desde um conflito entre sócios até mesmo questões de operação. Portanto, fica claro que esse é um processo de cisão não tão simples e que deve ser feito com o devido planejamento financeiro e tributário. Não há limitação quanto ao número de sociedades que podem participar de uma cisão. É possível que uma única cisão resulte em várias outras sociedades. Mas quanto maior o número de sociedades participantes, maior será a complexidade da operação.

Tipos de Cisão

Existem dois tipos de cisão: parcial e a total.

- Cisão parcial: parte do patrimônio é concedido para uma ou mais sociedades, que podem ser novas ou não. No parágrafo único do Art. 233 (LSA) é abordado sobre este tipo de cisão: O ato de cisão parcial poderá estipular que as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida serão responsáveis apenas pelas obrigações que lhes forem transferidas, sem solidariedade entre si ou com a companhia cindida, mas, nesse caso, qualquer credor anterior poderá se opor à estipulação, em relação ao seu crédito, desde que notifique a sociedade no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação dos atos da cisão.

- Cisão total: o patrimônio de uma empresa é concedido em sua totalidade à outra(s) e, ao final, ela é extinta. O Art. 233 explica sobre os direitos dos credores após a cisão com extinção da companhia cindida: as sociedades que

absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da companhia extinta.

Como Proceder à Cisão

A cisão empresarial, parcial ou total, assim como as demais operações societárias, precisa obedecer a um procedimento, que envolve a coleta de informações, juntadas de documentos e realização de avaliações periciais, que irão instruir esse processo. Esse procedimento se dá tanto na empresa que será cindida quanto na receptora de capital social. Por se tratar de uma documentação muito extensa, é ideal que você disponha de um profissional especializado para fazer esse levantamento, de forma a garantir que o processo de cisão não gere qualquer risco ao seu negócio. A redação das alterações contratuais e dos atos constitutivos originados da cisão deverá ser acompanhada de profissional especializado.

- Avaliação da empresa: A avaliação ou “Valuation” da empresa cindida e da incorporadora é fundamental para garantir a viabilidade do procedimento, bem como para atribuir legitimidade ao processo frente aos credores. Por meio desse procedimento, verifica-se o valor real da empresa no mercado, analisando sua situação financeira e estimando sua rentabilidade. Feita a avaliação das empresas, seus sócios poderão vislumbrar uma operação societária mais adequada, justificando-a para os demais. O laudo de avaliação da empresa cindida deverá ser aprovado pela empresa receptora, quando houver cisão parcial ou total para sociedades já existentes.
- Apresentação de justificativa em Assembleia Geral: Realizada a avaliação empresarial, é necessária a apresentação de uma justificativa em Assembleia Geral. Nessa assembleia, deverão ser apresentados documentos que comprovem a viabilidade da operação, tais como, o balanço patrimonial da empresa, com a devida avaliação do patrimônio líquido, bem como a quantidade de ações/cotas que serão cindidas. Esse procedimento se dá tanto na empresa que será cindida quanto na receptora de capital social. Apresentam-se, neste momento, os

documentos aptos a comprovar o valor da empresa cindida e, se for o caso, também da incorporadora, tais como: Balanço Patrimonial; Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido; Cópias do Contrato Social e alterações; Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ); Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF); Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON). Outro documento de extrema relevância nesse processo é o protocolo de intenções, que demonstra os objetivos empresariais com a adoção da cisão societária. Por se tratar de uma documentação muito extensa, é ideal que você disponha de um profissional especializado para fazer esse levantamento, de forma a garantir que o processo de cisão não gere qualquer risco ao seu negócio. A instrução e acompanhamento do procedimento por advogado devidamente habilitado é fundamental para a segurança da operação.

Ainda, para aprovação da cisão, em se tratando de Sociedades Anônimas, é exigido o quórum qualificado, ou seja, é necessária a concordância de acionistas que representem mais da metade das ações com direito a voto, se o Estatuto não estipular um quórum maior. Já nas sociedades limitadas, o quórum de aprovação para alteração do capital social é de $\frac{3}{4}$, ou seja, sócios que detenham, conjuntamente, 75% do capital social da empresa. Se da cisão houver aumento de capital, é necessária a expedição de uma nova DBE, contendo o código da cisão parcial ou da extinção por cisão total.

- Elaboração do ato de alteração/constituição social: Apresentada a documentação necessária e aprovada a cisão da empresa pela assembleia geral, deve ser redigido o ato de alteração do contrato ou estatuto social ou, ainda, em caso de a cisão originar nova(s) empresa(s), é preciso que se elabore seus respectivos atos constitutivos. Esse documento deverá conter, dentre outras informações:
 - a parcela do capital que será cindida;
 - a destinação desse capital, se será ou não incorporado a outras empresas;

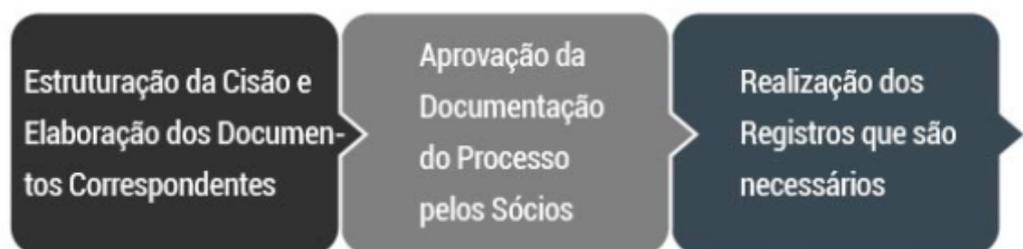
Em caso de incorporação da parcela cindida por outra empresa, a incorporadora também deverá celebrar uma alteração contratual/estatutária.

- Procedimento na Junta Comercial: O procedimento de alteração é bem similar ao do ato constitutivo de empresa, conforme já abordado no artigo de Procedimento para abertura de Empresas. Assim como para se iniciar uma

empresa, qualquer alteração do seu capital social também exigirá a Consulta Prévia de Viabilidade e a Solicitação do Documento Básico de Entrada. Em seguida, é necessário o preenchimento do módulo integrador, que gerará um número a ser informado no registro digital. Pactuada a elaboração da alteração, essa deverá ser levada a registro na Junta Comercial do seu estado ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, o mesmo órgão responsável pelo arquivamento do ato constitutivo da empresa. Além da alteração e do ato constitutivo, se da cisão se originar nova sociedade, é necessário o arquivamento do protocolo de intenções, a justificativa e o laudo de avaliação que embasaram o processo. Esse ato é fundamental para assegurar o procedimento, dando a ele ampla publicidade e legitimidade.

Para uma empresa passar por este processo, é necessário ser feita a documentação de protocolo e de justificativa para algumas comprovações necessárias. No entanto, a falta dos documentos pode causar uma renúncia da transferência, o que poderá vir a ser um problema na gestão da companhia. Além disso, algumas comprovações são necessárias para verificar o patrimônio. Dessa forma, isso será avaliado em uma assembleia geral realizada pelos cotistas da empresa. Só assim pode ser feita a cisão de uma empresa. Isso porque, esse processo pode acarretar em diminuição ou aumento da carga tributária, dependendo para qual setor de atuação o negócio pretende operar. Portanto, é possível que ganhe-se eficiência operacional e que o custo de oportunidade seja reduzido, aumentando a produtividade de cada uma das empresas.

Processo de Cisão no Brasil



Vantagens e Desvantagens da Cisão

A cisão de empresas pode ser feita visando o aumento de lucros, principalmente quando ela atua em dois ou mais segmentos de mercado. Dessa forma, com a divisão pode ocorrer a diminuição de tributação sobre a companhia, diminuindo assim os seus custos e despesas. Além disso, muitas empresas usam o processo para mudar os locais de operação. Operações como estas são também uma maneira usada por algumas companhias para aumentarem os seus poderes econômicos, sendo essa uma vantagem da cisão. Dessa forma, ocorre a redução de impostos e as empresas conseguem se tornar mais competitivas com a concorrência. Isso porque uma vez que os custos de produção baixam, fica mais fácil para empresa se manter. No entanto, todas as empresas que optaram pela cisão ficam proibidas de escolherem participar do modelo de arrecadação Simples Nacional, o regime tributário facilitado que agrupa em um só uma série de tributos. E podemos citar também:

- Aumento de competitividade no mercado;
- Ampliação da atuação no mercado;
- Diversificação das atividades de atuação;
- Redução de custos e riscos;
- Redução da carga tributária;
- Administração de conflitos e adequação dos interesses dos sócios;
- Mudança de gerenciamento e objetivos da empresa.

Uma desvantagem considerável que pode ser mencionada no procedimento de cisão, contudo, é que a empresa que passa por cisão, seja parcial ou total, não poderá optar pelo Simples Nacional após o desmembramento, devendo aguardar o prazo de cinco anos após o registro da cisão para poder optar novamente pelo regime.

Quando Optar pela Cisão

Trazemos aqui algumas das razões pelas quais as empresas podem optar pela cisão empresarial:

- **Conflito de interesses:** Para que uma empresa seja considerada uma sociedade é necessário, dentre outros requisitos, que haja a pluralidade de sócios/acionistas, com interesses em comum de exercer determinada atividade empresarial. Porém, nem sempre os interesses dos integrantes permanecerão correspondentes,

podendo gerar conflitos no âmbito da empresa. Diante da divergência de interesses ou existência de conflitos, rompido o efeito societário, poderá ocorrer uma cisão empresarial, de modo que aquele sócio que não mais deseja integrar a sociedade se separe dos demais, retirando a parte do capital social que lhe compete. Assim, a cisão empresarial poderá ser a solução no caso de conflitos entre os sócios ou de seus interesses. Ressalta-se que diante de um conflito em que não seja possível a sua resolução, a cisão empresarial poderá ser pleiteada por via judicial.

- Morte de um dos sócios: outra razão para se adotar a cisão societária é pela morte de um dos sócios. Nesta situação, os demais sócios podem não ter interesse em continuar na sociedade com os herdeiros, ou os próprios sucessores do de cujus podem não querer integrar a sociedade. Em qualquer um dos casos, haverá a cisão empresarial.

- Estratégia de crescimento: a cisão empresarial pode também ser adotada como medida estratégica para garantir o crescimento da empresa. Por exemplo, quando uma empresa possui mais de uma atividade específica e deseja ampliá-la, dividir o capital social entre duas novas empresas com objetos distintos poderá fortalecer a atividade, criando um grupo empresarial ainda mais forte. Nesse caso, a cisão empresarial será uma decisão estratégica dos sócios.

- Ultrapassar crises: Diante de crises econômicas e sociais, a cisão empresarial pode ser uma boa alternativa, pois diminuindo o tamanho de uma empresa, os custos tendem também a cair. Além disso, as oportunidades para empresas de menor porte são igualmente melhores.

Anulação da Cisão

Se do processo de cisão houver algum dano aos credores da empresa cindida, a esses é facultado pleitear judicialmente a anulação do ato em até 90 dias da cisão, desde

que haja efetivo prejuízo ao seu direito de crédito (não recepção integral pela incorporadora ou alteração da natureza do crédito).

Para se evitar qualquer processo de anulação da cisão, o que acarretaria prejuízo financeiro para ambas as empresas, dado os gastos provenientes do processo, é ideal que os credores das empresas que serão afetadas com o procedimento sejam previamente notificados por via extrajudicial. Assim, qualquer controvérsia poderá ser solucionada antes da concretização do negócio, o que é benéfico para todas as partes envolvidas.

Empresas Brasileiras que Fizeram Cisão

Um exemplo de cisão no mercado brasileiro ocorreu em 2012, quando a companhia aérea Gol segregou parte de suas atividades e transferiu parte de seu patrimônio para a recém-constituída Smiles S.A., responsável pelo programa de milhagens da companhia.

Um exemplo recente é o Caso da MRV e a LOG Commercial Properties que foi tratado na Log Commercial Properties, operadora de galpões logísticos, deixará de ser oficialmente uma subsidiária da MRV Engenharia.

Philips faz cisão criando a Philips Healthcare.

Sony Ericsson faz cisão criando a Sony Mobile.

Coty e Kylie Cosmetics: Duas empresas bilionárias que se uniram para ampliar a participação no mercado de beleza. Proprietária das marcas Wella, Risque, Monange e Rimmel, a Coty desembolsou US \$600 milhões para adquirir 51% da startup da socialite Kylie Jenner, da família Kardashian. No caso da Coty, a estratégia é atrair o público jovem, fiel consumidor dos produtos da marca Kylie Cosmetics.

Incorporação

A incorporação de empresas é quando uma determinada instituição adquire, de uma só vez, toda a operação de outra empresa, incluindo os bens, ativos, tecnologias e profissionais especializados, fazendo a empresa incorporada deixar de existir. Com isso, todas as obrigações trabalhistas também são transferidas. O processo de incorporação envolve uma ou mais sociedades, diferentes ou não, que são incorporadas por outra empresa. Esta última passa então a responder pelos direitos e obrigações daquelas. Neste caso, a empresa incorpora/absorve uma ou mais sociedades que já existem, e

deixam de existir, e a empresa incorporadora passa a ser titular de todo o patrimônio, sucedendo em todos os direitos e obrigações, mas continuando com a sua personalidade jurídica, ou seja, é a absorção dos direitos e obrigações de uma ou mais empresas por outra, ocorrendo a extinção da(s) primeira(s).

É uma estratégia que organizações podem utilizar para crescer, modificar seu posicionamento e até o modo como são vistas pelos consumidores. Também é importante ressaltar que, neste caso, todas as obrigações trabalhistas também são transferidas. Sendo assim, todos os processos trabalhistas anteriores são herdados e os vínculos empregatícios ficam preservados. Isso significa que em uma incorporação de empresas, além do bens, a empresa que incorpora a outra também herda as obrigações de responsabilidade da outra companhia.

A incorporação está prevista no artigo 227 da Lei nº 6.404/76, é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

E no Código Civil, em seu art. 1.116: na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-las, na forma estabelecida para os respectivos tipos.

Como Proceder a Incorporação

Um processo de incorporação de empresas deve ser feito com muito planejamento e após muitas análises. Isso porque, a instituição que incorpora herda uma série de responsabilidades e obrigações da organização incorporada. A operação precisa ser aprovada pelos sócios tanto da sociedade que incorpora quanto da empresa que será adquirida. É preciso ainda que a incorporação passe por uma análise de balanço patrimonial. Ainda, os bens da empresa, bem como a documentação da sociedade que será extinta precisam estar em ordem e ser analisados por um perito. Quando a operação societária é aprovada, a sociedade adquirida precisa deixar de funcionar e existir. Sendo assim, após concluir o processo, a incorporadora passa a ser detentora de todo o patrimônio e capital social da antiga companhia. O procedimento também envolve realizar registros para tornar a operação de incorporação pública a toda a população. Como envolve seguir o que a legislação específica demanda, aconselha-se sempre contar com ajuda de um profissional especialista no assunto para evitar erros e

prejuízos, os quais podem prejudicar ou anular todo o processo. Viável que o processo seja feito com a ajuda de um profissional especialista no tema, justamente para evitar prejuízos e erros, que podem anular a aquisição. Esse profissional deve seguir as tendências do mercado, para trazer uma gestão mais inovadora e atualizada. Providências relevantes ao processo de incorporação:

- Realizar o balanço patrimonial da sociedade que será extinta, para que se possa ter uma visão real da empresa naquele momento.
- Realizar o encerramento dos livros da sociedade e a transferência para a empresa incorporadora, dando baixa nos ativos e passivos da sociedade extinta.
- Providenciar o registro referente ao aumento do capital da empresa incorporadora. Nele estarão todos os valores de ativos e passivos já transferidos da empresa extinta.
- Promover a abertura dos livros para a atual empresa.

Formas de Incorporação

São várias as formas existentes de incorporação de empresas.

- Incorporação Horizontal: A incorporação horizontal deve ocorrer quando as empresas envolvidas não participam uma da outra, ou seja, têm participações uma na outra, mas sem controlá-las.
- Incorporação Vertical: Já a incorporação vertical precisa acontecer quando uma das sociedades é subsidiária integral ou simples. Há o controle societário, o que faz com que uma das empresas seja controladora e a outra subsidiária.
- Incorporação Mista: Por fim, a incorporação mista só pode ocorrer mediante a combinação das formas anteriores.

Fases da Incorporação

Nesta modalidade, temos três básicas, que são:

- Transmissão do patrimônio da incorporada para a incorporadora: Podemos dizer que quando ocorre a transmissão patrimonial integral e englobada é quando tem a sucessão universal.
- Passagem dos acionistas de uma para outra: É a entrada dos sócios na empresa nova ou até mesmo das sociedades que foram extintas, para a nova sociedade criada.
- Extinção da sociedade incorporadora sem aplicação dos institutos da dissolução e liquidação: Aqui é a extinção, ou seja, a dissolução de liquidação, de, pelo menos, uma das empresas que aconteceram a fusão.

Tempo para Incorporação

O registro da incorporação será válido pelo prazo de 120 dias, findo o qual, se ela ainda não se houver concretizado, o incorporador só poderá negociar unidades depois de atualizar a documentação a que se refere o artigo anterior, revalidando o registro por igual prazo.

Vantagens da Incorporação

Uma das principais vantagens da incorporação de empresas é ampliar o patrimônio de uma instituição ou até mesmo de um grupo. É um procedimento bastante comum no meio dos negócios. Além disso, pode ser uma estratégia que as corporações utilizam para modificar o posicionamento da marca e também para crescer. Conseqüentemente é possível aumentar o lucro e o poder econômico.

- Possibilita o aumento do domínio de mercado: A incorporação de empresas pode ser uma estratégia para aumentar a visibilidade e força no mercado ou em um determinado nicho de atuação. Isso porque, de um certo modo, são duas sociedades unindo forças, mas com a diferença de que no final restará apenas uma.
- Ajuda a diminuir os custos de produção: Os processos de produção adquiridos podem auxiliar na redução dos custos da empresa que permaneceu. Sendo assim, é possível aumentar o lucro e principalmente, o poder econômico. Muitas

incorporações podem ajudar a trazer ganhos administrativos, tributários, operacionais e até jurídicos para uma organização.

- Reduz a carga tributária: A incorporação poderá reduzir a carga tributária, até porque não são mais duas empresas. Além disso, se a operação for realizada com uma sociedade pertencente a um setor com benefícios fiscais, o negócio pode se tornar ainda mais rentável. Essa reorganização do grupo permite a redução de impostos, que é conhecida como elisão fiscal.
- aumento da participação de mercado da incorporadora (empresa que absorveu);
- incremento das competências da empresa;
- concentração de esforços despendidos com pesquisa e desenvolvimento;
- aumento do volume de produção;
- redução de áreas que realizam a mesma função, gerando economias à empresa.

CNPJ da Empresa Incorporada

Quando uma empresa é incorporada, automaticamente, ela deixa de possuir aquele Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) próprio. Sendo assim, todas as suas ações, bem como capital, projetos e funcionários são controlados e administrados pela instituição incorporadora. Mas, os vínculos empregatícios e outros contratos continuam da mesma forma. Porém, a nova instituição deve formalizar o processo junto à Delegacia Regional de Fiscalização, para solicitar a alteração do CNPJ. Geralmente, esse procedimento ocorre com o objetivo de aumentar o patrimônio de uma organização.

Funcionários na Incorporação

Os funcionários da empresa incorporada passam a ser trabalhadores registrados pela incorporadora. No processo, nenhum direito trabalhista adquirido na empresa anterior pode ser excluído nos contratos de trabalho dos funcionários que foram contratados previamente à incorporação

Empresas Brasileiras que Fizeram Incorporação

Existem alguns exemplos de incorporação de empresas no Brasil que são conhecidas.

Um exemplo ocorreu com a rede de bancos de São Paulo, a Nossa Caixa, a qual foi incorporada pelo Banco do Brasil. A incorporação do Banco Nossa Caixa pelo Banco do Brasil foi realizada em uma aquisição que custou R \$5,38 bilhões, com pagamento efetuado em 18 parcelas. Sendo assim, a incorporação societária do banco teve a consequente extinção do CNPJ, assim como a alteração de sua hierarquia, que se subordinou à do BB. A partir de então, os funcionários da instituição paulista puderam optar por seguir a carreira no banco federal. Com o procedimento, o Banco do Brasil começou a liderar o mercado no estado de São Paulo. A agência assumiu o compromisso de não prejudicar os correntistas da Nossa Caixa. Além disso, com a migração das agências, os clientes tiveram de mudar números de conta e senha. Por outro lado, ganharam acesso a um portfólio maior de produtos e serviços, como fundos de investimento, cartões, seguros e previdência. O banco igualou tarifas, taxas de juros e benefícios, para que nenhum cliente saísse perdendo com a migração.

A Brasil Foods (BRF) fez a incorporação da Sadia, uma das empresas que resultaram na criação da holding. Para quem não sabe, a BRF é a maior exportadora de carne de frango do mundo e uma das maiores empresas de alimentos do país, surgida com a incorporação da Sadia pela Perdigão, devido à exposição a derivativos. O objetivo da incorporação foi o da integração total dos negócios da Sadia e da BRF, que buscou a maximização de sinergias, a racionalização de atividades, com a consequente redução de custos administrativos e operacionais e o aumento de sua produtividade, segundo comunicado da empresa.

Mais um exemplo é o caso da FOX com a Disney. Walt Disney Company realizou a fusão com a 21st Century Fox. A transação estimada foi de US \$71 bilhões. Com a incorporação, a Disney, fundada por Walt Disney, passou a comandar os os estúdios de TV e cinema da Fox, além dos canais FX, FXX, National Geographic e uma parte do Hulu. Com isso, hoje, a Disney também é reconhecida como um dos maiores estúdios cinematográficos dos Estados Unidos e seu serviço de streaming já tem mais de 100 milhões de inscritos. Provou, de certa forma, que é um domínio no mercado infantil e do entretenimento.

Outro exemplo é do International Meal Company (IMC) e MultiQRS: À primeira leitura, esses nomes podem não significar muita coisa. Mas, quando se olha para as empresas controladas por essas organizações, é possível dizer que o mercado de fast food brasileiro ficou ainda mais forte. Detentora das marcas Frango Assado, Brunella, Olive Garden, Viena, entre outros, a IMC incorporou, em 2019, a MultiQRS, responsável pelas franquias Pizza Hut, Taco Bell e KFC no Brasil. A união deve gerar uma receita bruta de R \$2,3 bilhões e mais de 460 pontos de vendas.

3.1.2 *JOINT VENTURES*

Traduzindo-se ao pé da letra, a expressão joint-venture quer dizer "união com risco". Joint venture é um modelo de colaboração empresarial que consiste na união de duas ou mais empresas com o objetivo de executar um projeto ou criar uma nova empresa para explorar, de maneira eficiente, alguma atividade econômica, sem que cada uma delas perca a identidade própria. As parcerias joint venture geralmente são firmadas por tempo determinado, podendo ser de curta ou longa duração. Em alguns casos, uma joint venture pode também ser por tempo indeterminado, o que vai depender das condições firmadas em cada contrato. É um termo econômico muito utilizado para designar a cooperação econômica ou estrutural entre duas ou mais empresas, que podem ou não ser do mesmo ramo.

De acordo com o desenvolvimento das sociedades, é possível afirmar que, no século XV, já existiam entidades com as particularidades de uma joint venture. Suas referências remetem aos contratos de navegação marítima anglo-saxões, por meio dos quais navegadores se uniam em busca do aumento dos lucros e redução dos custos do negócio. O modelo de cooperação evoluiu com o tempo e foi incorporado também à realidade de empresas ferroviárias, petrolíferas e mineradoras.

A aplicação da joint venture conquistou relevância essencial como estratégia na entrada de mercados e no desenvolvimento das organizações. Esse tipo de sociedade mostrou que tem habilidade em contornar barreiras de ordem político-governamental, resultantes de políticas de nepotismo, podendo ter caráter formal ou não.

Atualmente, é adotado por empresas de pequeno, médio e grande porte, seja para um propósito específico de curto prazo ou para projetos complexos de abrangência internacional.

As empresas e empreendedores em conjunto deve reconhecer seus interesses em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) como investimento e deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 11 (IASB - BV 2012).

Normas brasileiras

Com a publicação da Instrução CVM nº 247/96 surge a exigência da elaboração de demonstrações consolidadas por parte das companhias abertas que mantêm investimentos em sociedades controladas em conjunto. De acordo com essa instrução normativa é adotada a consolidação proporcional para as companhias abertas que possuam sociedades de controle conjunto.

Os artigos 32 a 34 da Instrução 247/96 tratam sobre a consolidação proporcional das demonstrações contábeis das sociedades controladas em conjunto ou joint venture:

Art. 32 Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas das sociedades controladas em conjunto deverão ser agregados às demonstrações consolidadas de cada investidora, na proporção da participação destas ao capital social.

Art. 33 Em nota explicativa às demonstrações contábeis consolidadas, referidas no artigo anterior, deverão ser divulgados o montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das sociedades controladas em conjunto, bem como o percentual de participação em cada uma delas.

De acordo com o § 1 do art. 32 considera “controlada em conjunto aquela em que nenhum acionista exerce, individualmente, o controle direto ou indireto sobre a sociedade investida”.

De acordo com subitem 5 do item III da Consolidação das Demonstrações Contábeis de Sociedades Controladas em Conjunto Essas disposições alcançam, principalmente, as denominadas joint venture em que, mediante existência de acordo contratual e de parcelas proporcionais de participação, duas ou mais entidades empreendem uma atividade econômica subordinada a um controle conjunto.

Sendo assim, uma entidade controlada em conjunto é uma joint venture que pode envolver o estabelecimento de uma sociedade por ações ou quotas, sociedade de pessoas

ou outro tipo de entidade que reúne os interesses de cada participante. O que caracteriza uma empresa com operações joint venture é a existência de um acordo contratual entre os acionistas que estabelece o controle conjunto sobre atividade econômica dessa empresa. Segundo o art 32: § 2º No caso de uma das sociedades investidoras passar a exercer direta ou indiretamente o controle isolado sobre a sociedade controlada em conjunto, a controladora final deverá passar a consolidar integralmente os elementos do seu patrimônio. Na consolidação proporcional, de acordo com Iúdicibus, Martins e Gelbecke (2006, p.494) “a maioria dos procedimentos empregados para aplicação da consolidação proporcional é semelhante aos procedimentos utilizados na consolidação de investimentos em controladas”.

No entanto, pode haver operações entre estes componentes da joint venture e a investidora. Neste caso, é necessário que estes saldos sejam eliminados das demonstrações contábeis da investidora proporcionalmente a sua participação no capital e os saldos remanescentes devem estar nas demonstrações como operações com terceiros. Resumidamente, pode-se dizer que as principais eliminações a serem feitas, são: XIV Congresso Brasileiro de Custos – João Pessoa - PB, Brasil, 05 de dezembro a 07 de dezembro de 2007.

- a) eliminação dos saldos a receber e a pagar entre empresas; contas a pagar e a receber;
- b) eliminação dos investimentos (100%); investimento a capital social;
- c) eliminação das vendas internas; vendas a custo mercadorias vendidas.

Normas do IASB

O tratamento adotado pelo IASB para as operações joint venture, através da IAS 31, é a consolidação proporcional. No entanto, permite que os investimentos sejam avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A IAS (International Accounting Standards) 31 considera a consolidação proporcional como “método pelo qual a participação de um sócio em cada ativo, passivo, receita e despesa de uma entidade controlada em conjunto é combinada, linha a linha, com itens semelhantes nas demonstrações contábeis de cada um dos sócios” (FURATA e SANTOS, 2006).

É importante ressaltar que para as normas internacionais a característica principal de um negócio em conjunto é o acordo contratual para compartilhar o controle. E os negócios

conjuntos podem ser classificados como operacionais controlados conjuntamente, ativos controlados conjuntamente ou entidades controladas conjuntamente. Os acordos de empreendimentos conjuntos implicam em controle conjunto, ainda que os empreendedores possuam percentuais diferentes no empreendimento. Geralmente, os participantes decidem conjuntamente sobre as principais políticas. Não sendo permitido que algum deles decida unilateralmente sobre a atividade.

Normas do FASB

O critério recomendado pelo FASB para a consolidação das operações joint venture é a consolidação integral, independente do tipo de investimento que a controladora possui. Segundo a APB Opinion 18, quando há existência de influência significativa, os investimentos devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial enquanto os investimentos temporários são avaliados pelos métodos de custo. De acordo com o disposto no § 17 do APB 18, geralmente a influência é considerada significativa quando o investidor possui entre 20% a 50% das ações com direito a voto da investida. E, “qualquer percentual que exceda a metade das ações votantes faz com que o investidor possua o controle da investida, sendo necessário então elaborar demonstrações financeiras consolidadas” (SCHMIDT et al., 2004, p.35). No §17 do APB 18, as evidências de que o investidor possui influência significativa incluem os seguintes aspectos:

- a) o investidor possui representação no conselho de diretores da investida;
- b) o investidor participa no processo de elaboração de políticas da investida;
- c) ocorrem transações materiais intracompanhia;
- d) existe intercambio de gerentes entre o investidor e a investida;
- e) existe dependência tecnológica da investida em relação a investidora;
- f) existe significativo volume de ações de propriedade do investidor em relação a concentração de outros acionistas. (SCHMIDT et al., 2004, p.35).

Para as operações de joint venture, segundo as normas americanas do FASB, é adotado o método de Equivalência Patrimonial. Furata e Santos (2006) afirmam que os investimentos em joint venture seguem o mesmo critério de adoção do método de

equivalência patrimonial utilizado para investimentos relevantes. O FASB não aceita outro tipo de consolidação que não seja a integral, para investimentos relevantes.

Como pode ser visto, existem diferenças na forma do tratamento dado às operações joint venture pelos três grupos de normas. Basicamente, seria a utilização do método de equivalência patrimonial e a consolidação proporcional.

O Quadro abaixo demonstra o resumo do tratamento adotado pelos três grupos de normas e, como pode ser visto, a diferença está em torno da utilização do método de equivalência patrimonial ou da consolidação proporcional para as operações joint venture:

Brasil	FASB	IASB
Seguindo as normas brasileiras, a Instrução 247/96 da CVM, as empresas efetuam a consolidação das operações <i>joint venture</i> proporcionalmente ao percentual do investimento.	Algumas empresas pesquisadas apresentam as demonstrações contábeis de acordo com as normas americanas de contabilidade. Nesses casos, para as operações <i>joint venture</i> a consolidação é feita através do método de equivalência patrimonial ou " <i>equity method</i> ". Seguindo a orientação do FASB, através as APB 18 que recomenda a utilização do " <i>equity method</i> ".	Para o período pesquisado as normas internacionais, através da IAS 31, as companhias podiam adotar duas possibilidades de tratamento para as operações de <i>joint venture</i> : a <i>equivalência patrimonial</i> " <i>equity method</i> " ou <i>consolidação proporcional</i> " <i>proportional consolidation</i> ". A partir de dezembro de 2006, o IASB através do <i>Amendments to IAS 31 Interests in joint venture</i> , emenda feita a norma IAS 31, com o objetivo conciliar as diferenças existentes entre as normas internacionais e as normas americanas, passou a prever a utilização do método de equivalência patrimonial.

Estratégia da Joint Venture

Uma estratégia de Joint Venture empresarial pode estar relacionada a um novo projeto ou outra atividade comercial, por exemplo. Assim, operações de Joint Venture são executadas para diversos fins, como: logísticos, industriais, tecnológicos, comerciais, entre outros.

Se bem estruturada, pode melhorar a competitividade e a eficiência das empresas participantes ao unir forças em torno de um objetivo comum. Por meio de uma joint venture, companhias com habilidades complementares podem firmar um acordo com cooperação e crescer juntas. Imagine o seguinte exemplo: uma indústria de laticínios de

um determinado estado, com espaço na capacidade produtiva, deseja inserir seus produtos em outras regiões do país. Ela pode tentar isso sozinha e enfrentar todos os desafios sem ajuda, como investimento em infraestrutura, logística, contratação de pessoal e concorrência. Ou pode formar uma joint venture com outra empresa que atua nas regiões onde pretende entrar e que tenha acesso, por exemplo, aos pontos de venda.

Características da Joint Venture

As principais características de uma joint venture são: Divisão dos resultados; Lealdade entre as partes; Pode ser contratual ou societária ; Não existe fusão ou absorção, ou seja, as empresas continuam existindo de forma independente.

Uma joint venture funciona como um acelerador de crescimento compartilhado, dadas as possibilidades de redução de gastos e aumento de rentabilidade. São instrumento jurídico adequado para expansão empresarial e como facilitador da internacionalização das companhias, expandindo produtos e oferta de trabalho.

Objetivo da Joint Venture

O principal objetivo da joint venture é o desenvolvimento mútuo, é somar forças, alinhar competências e compartilhar os resultados. Ao unir forças, duas ou mais empresas têm condições de crescer e alcançar resultados que, talvez, não alcançariam individualmente. Um bom exemplo é a exploração do mercado internacional. Cada país tem seu conjunto de regras, o que nem sempre facilita a vida de empresas estrangeiras. Companhias que queiram se instalar na China, por exemplo, buscam acordos de parceria com uma empresa chinesa para superar as barreiras burocráticas e legais. Dentre outras situações, as joint ventures podem ser aplicadas visando:

- À exploração de novos mercados;
- À redução de riscos;
- Ao compartilhamento de custos com matéria-prima;
- À transferência de tecnologia e know-how;
- À superação de barreiras internacionais;
- À capitalização.

Quando há associação de capital das empresas participantes, o acordo é classificado como “equity joint venture”. Quando não há associação de capital, a parceria é chamada de “non equity joint venture”. É importante que todos os aspectos do acordo de colaboração, seja para a criação de uma nova empresa ou não, sejam claramente estabelecidos em contrato. Pode ocorrer, por exemplo, de uma das partes entrar com o capital, e a outra, com a tecnologia. Ou uma fornecer o produto, e a outra viabilizar os canais de distribuição.

O empreendimento é controlado em conjunto (joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. Essas partes são denominadas de empreendedores em conjunto.

Se a cultura for muito diferente, a joint venture pode naufragar. No caso da Mednology, por exemplo: a empresa queria crescer. Se os australianos só se interessassem por dividendos, haveria um descompasso venenoso para os negócios. Uma atenção especial deve também ser dedicada à proteção das informações comerciais.

Vantagens da Joint Venture

- Ferramenta flexível e de fácil constituição;
- Desenvolvimento de novos negócios;
- Divisão de responsabilidades;
- Menor investimento inicial;
- Capacidade operacional otimizada;
- Maiores riscos;
- Autonomia reduzida;
- Risco compartilhado, quando duas ou mais empresas se unem para criar um novo produto/serviço ou explorar um novo mercado, há riscos envolvidos na operação. Afinal, não há garantias de que a nova empreitada será, de fato, um sucesso. Sendo assim, o compartilhamento de risco é uma vantagem, já que eventuais prejuízos podem ser diluídos entre as partes, impactando menos a estrutura de cada co-venture.
- Investimento compartilhado, o mesmo princípio se aplica ao investimento na nova empresa ou no novo negócio. Em vez de arcar com a totalidade dos

aportes, uma empresa pode ficar responsável pela injeção de capital financeiro, e a outra, pela transferência de tecnologia.

- Acesso a novos mercados, pode ser útil para ampliar o market share das empresas parceiras, tanto nacional quanto internacionalmente. Principalmente em acordos internacionais, um parceiro no país destino da operação pode facilitar os trâmites legais, viabilizar a logística e captar clientes com mais eficiência.
- Otimização operacional, a joint venture também contribui para a redução de custos com matéria-prima, investimento em equipamentos de ponta e ganho de eficiência produtiva. No caso de empresas industriais, a redução do custo de produção influencia, por exemplo, os indicadores operacionais, melhorando os resultados.

Desvantagens da Joint Venture

- Fracasso compartilhado, empreender é sempre uma atividade arriscada, mesmo que o negócio seja fruto de uma estratégia joint venture. O novo negócio formado pela parceria entre as empresas co-ventures pode fracassar e resultar em prejuízos para as partes envolvidas.
- Conflito entre os participantes, divergências quanto ao desempenho de papéis, execução de tarefas e tomadas de decisão podem prejudicar o desempenho do negócio. O conflito entre os participantes é uma das grandes causas de rompimento de acordos, inclusive unilateralmente. Dependendo da situação, a parceria que deveria ser de sucesso acaba se transformando em processo judicial, movido principalmente pela parte que se sente lesada na operação.
- Desalinhamento de metas: as metas e objetivos precisam estar claras e bem explícitas no acordo, documento que detalha como se dará a implementação do projeto. Do contrário, pode haver um desalinhamento de metas e objetivos, frustrando as expectativas dos participantes.
- Quebra de confiança, cada participante de um acordo de parceria precisa agir de boa-fé e empenhar os melhores esforços para que o negócio seja um sucesso. Trata-se de uma estratégia que exige transparência e confiança. Pode ocorrer de algum integrante da joint venture estar interessado apenas em se aproveitar da tecnologia ou dos recursos financeiros. Parceiros pouco confiáveis também representam desvantagens para esse tipo de estratégia corporativa.

Por esse mecanismo, as joint ventures se dividem em diferentes classes, como nacionais e internacionais, temporária ou permanente, com e sem compartilhamento de capital financeiro, e do ponto de vista jurídico, há basicamente dois tipos:

- Joint Venture Contratual: sem a formação de uma nova empresa; não existe personalidade jurídica nem vínculos societários. É um modelo de parceria adotado por empresas que almejam um objetivo comum de curto/médio prazo, como a realização de um empreendimento específico. Como não há a criação de uma nova empresa, apenas um contrato de colaboração, o trabalho, em geral, é executado pelas equipes das empresas participantes.

- Joint Venture Societária: com a criação de uma nova companhia com personalidade jurídica própria. É o caso de parcerias que buscam objetivos de longo prazo ou por prazos indeterminados, geralmente com aporte de capital das empresas participantes (equity joint venture). A formação de uma joint venture societária exige ainda mais cautela quanto às funções e responsabilidade de cada integrante na nova empresa devido à complexidade da operação.

As normas que regulam cada uma das modalidades de joint venture, portanto, são distintas. O primeiro instrumento jurídico a ser formalizado entre as empresas parceiras é o contrato de colaboração, que pode ser classificado como um acordo básico. Não há uma regra legal de como o documento deve ser redigido, mas é importante que contenha todas as condições do negócio e responsabilidades de cada envolvido. Caso a parceria contemple a criação de uma pessoa jurídica (joint venture societária), a nova empresa deve se enquadrar em uma das normas societárias vigentes. No Brasil, as mais comuns são a Ltda e a S/A.

Contrato da Joint Venture

Como não há uma exigência regulatória, o contrato joint venture pode ser elaborado e adaptado conforme o interesse das partes. O objetivo do documento é dar sustentação jurídica à parceria e formalizar adequadamente a colaboração empresarial.

Dentre as cláusulas que podem constar em um contrato dessa natureza, podemos destacar:

- Descrição das partes envolvidas;
- Detalhamento do projeto ou do empreendimento de que trata a parceria joint venture;
- Direitos, obrigações e responsabilidades das partes envolvidas na parceria, inclusive perante terceiros
- Detalhamento do modelo de joint venture adotado;
- Previsão de investimento de capital, conhecimento técnico ou transferência de tecnologia (e por quem);
- Métodos de prestação de contas;
- Situações em que a parceria possa ser alterada ou rescindida;
- Legislação aplicável e foro de eleição.

Dessa forma, é fundamental ter um acompanhamento contábil e jurídico para definir o modelo de contrato ideal, as obrigações e responsabilidade de cada parte, assim como para determinar as informações necessárias para regulamentar os produtos e serviços a serem oferecidos.

Quando Optar por Joint Venture

Para analisar e avaliar se o Joint Venture é uma estratégia para o seu negócio, tenha clareza quanto aos seus objetivos. Para fazer sentido, o parceiro com quem você considera firmar um contrato joint venture precisa oferecer algo que seja vantajoso para sua estratégia de negócio. Pode ser tecnologia, infraestrutura, know-how ou aporte financeiro. O contrário também é verdadeiro: você precisa oferecer uma contrapartida a contento. Lembre-se de que uma parceria precisa ser vantajosa para ambas as partes. A joint venture é uma ferramenta prática e ágil, com potencial para alavancar negócios e aprimorar resultados, mas é preciso considerar também as desvantagens. Afinal, será preciso dividir responsabilidades e atribuições com uma empresa diferente da sua, além de dedicar-se a outros detalhes que certamente vão demandar tempo e atenção. Pesquise formas de potencializar o crescimento da sua empresa e faça um exercício de comparação.

Empresas Brasileiras Joint Venture

O Brasil tem muitos exemplos de joint venture envolvendo companhias dos mais variados setores e tamanhos. Seguem alguns exemplos:

- Unilever e Perdigão: em 2007, as duas empresas se uniram para ampliar a participação de mercado das marcas Becel e Becel ProActiv. A Unilever ficou responsável pelo investimento em pesquisa e desenvolvimento, e a Perdigão ficou com a produção, venda e distribuição.
- Simba Content: empresa formada pelo SBT, Rede TV e Record para distribuir conteúdo em plataformas de streaming, negociar direitos de conteúdo e produzir canais alternativos para a TV paga.
- Autolatina: união entre as montadoras Ford e Volkswagen entre 1987 e 1996 para fabricação de veículos no Brasil e na Argentina.
- Raízen: joint venture de energia renovável entre a Shell e a Cosan e líder global na produção de biocombustíveis de primeira e segunda geração a partir da cana-de-açúcar. A Raízen, inclusive, abriu capital na bolsa de valores em 2020.

Empresas Brasileiras Joint Venture (que não deram certo)

O Brasil também tem exemplos de parcerias que foram encerradas mediante decisões judiciais, que deram errado ou nem saíram do papel:

- Boeing e Embraer: no final de 2018, as duas empresas anunciaram a intenção de criar duas joint ventures, uma para aviação comercial e outra para aeronaves de defesa. Mas a parceria não decolou. Cerca de dois anos depois, as companhias anunciaram a desistência do projeto.

- Caloi e Kikos: a empresa Gymbrands Equipamentos de Ginástica, fruto de uma joint venture entre as duas empresas do segmento fitness, foi dissolvida após um processo judicial movido pela Caloi. A justificativa pelo fim do contrato foi a situação econômica desfavorável da Gymbrands.
- Vale e BHP Billiton: um caso que não necessariamente deu errado, mas que serve de reflexão para os riscos do modelo de negócios é o da Samarco, joint venture entre a Vale e a BHP Billiton. O rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora em Mariana (MG), em 2015, deixou 18 mortos, um desaparecido e um rastro de destruição e prejuízos.

3.2 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A participação dessa unidade de estudo se refere à análise de dois aspectos importantes que podem afetar o reconhecimento de ativos e passivos das empresas: o ajuste a valor presente e reconhecimento das variações cambiais relacionadas às transações em moeda estrangeira.

3.2.1 AJUSTE A VALOR PRESENTE

O ajuste a valor presente (AVP) está previsto no CPC 12, ele tem como objetivo realizar o ajuste para mostrar o valor presente de um ativo ou passivo realizável a longo prazo, sendo que a curto prazo será realizado o ajuste caso haja alguma relevância.

O ajuste a valor presente contribui para:

- o aumento do valor preditivo da contabilidade;
- permite a correção de convicções acerca de eventos passados já apontados;
- apurar a forma pela qual eventos presentes são identificados;

- proporciona maior grau de relevância e confiabilidade às demonstrações contábeis;
- Dar atenção diferente a valores a prazo e a vista, reconhecer o valor categórico da transação e isolar os efeitos do valor do dinheiro do tempo.

O AVP é aplicado quando em transações que origine um ativo, um passivo, uma receita ou uma despesa cuja a contrapartida seja um ativo ou passivo, com a liquidação financeira em data diferente da data de identificação desses elementos:

- no reconhecimento recorrente de ajustes de valor, utilidades ou substância de ativos e passivos;
- em conjunto particular de fluxos de caixa estimados claramente relacionado a um ativo ou passivo.

“A Lei nº 6.404/1976 art 183, VIII - os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.”

Devem ser ajustados com base em taxas de descontos que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O método de ajuste será a taxa efetiva de juros aplicada antes dos impostos. Há dois tipos de taxas de juros, a taxa de juros explícita que é quando está em contrato, e a taxa de juros implícita que é quando ela está embutida no valor e tem que estimar a partir da taxa de juros de mercado.

As notas explicativas são elaboradas para dar maior qualidade e transparência para as demonstrações contábeis.

“De acordo com o artigo 176 da Lei nº 6.404/1976, o conjunto de notas explicativas devem indicar:

- contexto operacional;
- declaração de conformidade;
- principais práticas e estimativas, além de fontes de incertezas de estimativas;
- explicação de transição, quando balanço de abertura na nova norma;
- detalhamento das contas (contas a receber, estoques, impostos a recuperar, imobilizado, entre outras);
- eventos subsequentes e outras informações relevantes;

- relatório de auditoria com opinião, quando aplicável."

As notas explicativas auxiliam na interpretação das demonstrações contábeis, pois trazem informações que possam ser usadas pelos usuários para esclarecer as dúvidas sobre itens patrimoniais e de resultados.

3.2.2 VARIAÇÃO CAMBIAL

Em algumas situações, a moeda de apresentação das demonstrações contábeis pode ser diferente da moeda funcional, o que levaria à necessidade de conversão de seus elementos por meio de taxas de câmbio específicas, cujo reconhecimento dessas variações precisa ser tratado de forma específica.

De maneira bem simples a diferença entre moeda funcional e a moeda de apresentação é que a moeda funcional é aquela representada pelo principal ambiente do negócio, ou seja, é definida em função do negócio e do ambiente em que ele está inserido, de acordo com critérios específicos, trata-se da moeda de em que as operações serão reconhecidas de acordo da realidade daquele negócio, geralmente, é aquela que gera e despende caixa, ou seja, que auferir receitas e realiza despesas de forma mais significativa.

Isso significa que, uma empresa pode operar no Brasil, mas se todas suas receitas forem em dólar, seus custos, despesas com salários e outras despesas forem em dólar, a sua moeda funcional será o dólar e não o real. Agora a moeda de apresentação é a moeda na qual suas demonstrações contábeis são apresentadas.

Portanto, quando as entidades mantêm atividades em moeda estrangeira, sejam transações ou operações no exterior, a conversão dos valores evidenciados nas demonstrações contábeis promove a harmonização das informações de uma moeda para outra, uma vez que a relação de troca entre duas moedas é representada pelas taxas de câmbio aplicadas.

Mas, resumidamente, qual o conceito da variação cambial? É a diferença que ocorre no valor do produto, comparando a data de compra e o dia do pagamento. Essa variação acontece graças ao fluxo cambial, ou seja, a desvalorização ou valorização de determinada moeda em relação a outras.

Então usamos a variação cambial quando ocorrem transações em operações de importação ou exportação, para fazer o cálculo da variação cambial, primeiro precisamos saber o valor e a data da aquisição do produto ou serviço, a data do fechamento contábil, a taxa de câmbio e saber quais as moedas que estamos fazendo a conversão (no exemplo logo abaixo utilizamos o dólar x real).

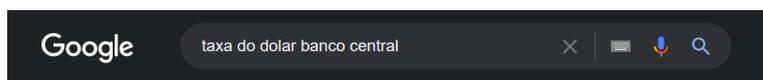
Exemplo de conversão e contabilização da variação cambial

Aquisição em 21\03\2022 de US\$6.700,00 em mercadorias, tendo um fechamento contábil mensal, que se encerra em 31\03\2022. Demonstrar qual o valor em reais na data da compra, na data do fechamento contábil e como deverá ser feita sua contabilização.

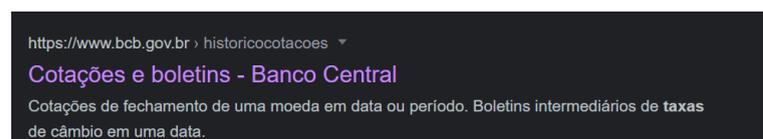
Resolução:

- Primeiro, vamos descobrir qual o valor em reais na data da compra (sendo 21\03\2022), pegamos o valor de US\$6.700,00 e fazemos a multiplicação desse valor com a taxa cambial - $6.700,00 \times 4,9660 = 33.272,20$ (para descobrir qual a taxa cambial, pesquisar no google “taxa cambial banco central”, em seguida, clicar no link de “Cotações e Boletins - Banco Central”, logo após, entrará no site do Banco Central, terá o campo para adicionar o período, no caso utilizaremos de 01\03 a 31\03\2022, localizar a taxa na data correspondente).

1º Passo:



2º Passo:



3º Passo:

The screenshot shows the 'Cotações e boletins' page on the Banco Central do Brasil website. It features a search filter for 'DOLAR DOS EUA' and a 'Pesquisar' button. A news snippet on the right mentions 'Open Finance vence prêmio internacional Central Banking Awards'.

4º Passo:

Data	Tipo	Cotações em Real ^{1/}	
		Compra	Venda
02/03/2022	A	5,1341	5,1347
03/03/2022	A	5,0473	5,0479
04/03/2022	A	5,0752	5,0758
07/03/2022	A	5,0573	5,0579
08/03/2022	A	5,0897	5,0903
09/03/2022	A	5,0088	5,0094
10/03/2022	A	5,0507	5,0513
11/03/2022	A	5,0249	5,0255
14/03/2022	A	5,0641	5,0647
15/03/2022	A	5,1308	5,1314
16/03/2022	A	5,1281	5,1287
17/03/2022	A	5,0758	5,0764
18/03/2022	A	5,0405	5,0411
21/03/2022	A	4,9660	4,9666
22/03/2022	A	4,9202	4,9208
23/03/2022	A	4,8698	4,8704
24/03/2022	A	4,8061	4,8067
25/03/2022	A	4,7776	4,7782
28/03/2022	A	4,7899	4,7905
29/03/2022	A	4,7480	4,7486
30/03/2022	A	4,7491	4,7497
31/03/2022	A	4,7372	4,7378

- Depois descobriremos o valor em reais na data do fechamento contábil (sendo 31\03\2022), fazendo o mesmo passo acima com a taxa cambial na data correspondente - $6.700,00 \times 4,7372 = 31.739,24$.
- Em seguida, para descobrir a variação cambial é necessário fazer a subtração dos resultados $> 33.272,20 - 31.739,24 = 1.532,96$.

Como a variação cambial sofreu uma redução, significa que tivemos uma Variação Cambial Ativa, pois compramos por 33.272,20 no dia 21\03 e em 31\03\2022, os fornecedores a pagar ficou em 31.739,24, reduzindo do passivo o valor de 1.532,96, caso contrário teríamos uma Variação Cambial Passiva.

Abaixo demonstramos esse processo em uma planilha do excel, juntamente com a forma de contabilização dessas variações:

Variação Câmbial Ativa

CONVERSÃO

Descrição	Data	Valor em USD	Taxa de Câmbio	Valor em Reais
Aquisição de Mercadorias	21\03\2022	\$ 6.700,00	4,9660	R\$ 33.272,20
Fechamento Mensal	31\03\2022	\$ 6.700,00	4,7372	R\$ 31.739,24
Varição Cambial				1.532,96

CONTABILIZAÇÃO

D - Fornecedores Estrangeiros a Pagar	1.532,96
C - Receitas Financeiras - Ganhos de Variação Cambial	

Variação Câmbial Passiva

CONVERSÃO

Descrição	Data	Valor em USD	Taxa de Câmbio	Valor em Reais
Aquisição de Mercadorias	21\03\2022	\$ 6.700,00	4,7372	R\$ 31.739,24
Fechamento Mensal	31\03\2022	\$ 6.700,00	4,9660	R\$ 33.272,20
Varição Cambial				1.532,96

CONTABILIZAÇÃO

D - Despesas Financeiras - Variação Cambial Passiva	1.532,96
C - Fornecedores Estrangeiros a Pagar	

3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: ATUANDO GLOBALMENTE

As questões ambientais parecem cada vez mais **urgentes e atuais**, mas elas são foco de estudos desde a década de 1960.

“Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas.” Trecho da Declaração da Conferência da ONU sobre meio ambiente (Estocolmo, 1972, parágrafo 6).

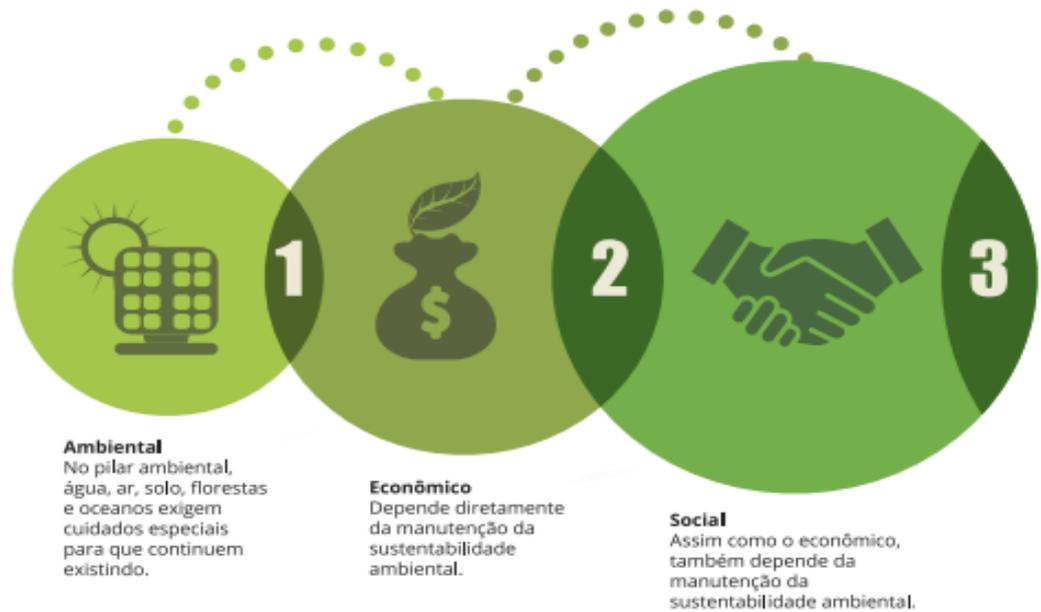
3.3.1 ATUANDO GLOBALMENTE

Como valorizar o local pensando globalmente

São necessárias informação e ação, pois a utilização sustentável dos recursos é a garantia da nossa sobrevivência no planeta, e das gerações futuras. A partir da consciência de que transformamos de diversas maneiras e em grande escala tudo que nos cerca, temos a responsabilidade de moldar nossas atitudes. Cada um de nós tem influência direta no ambiente que habitamos. Somos construtores do ambiente que nos cerca. É deste ambiente que tiramos o sustento material e criamos as oportunidades de desenvolvimento intelectual, moral, social e espiritual.

“Somos a geração que tem uma imagem clara do valor da natureza e do enorme impacto que causamos nela. Podemos também ser os últimos capazes de agir para reverter essa tendência”.

O termo sustentabilidade refere-se a um conjunto de comportamentos que orientam o uso dos recursos que visam atender as necessidades humanas. A sustentabilidade contempla três pilares:



A sustentabilidade interessa a todos: a comunidade local melhora a sua renda, a sociedade cresce com uma economia fortalecida, promove-se a manutenção do meio ambiente e melhora a nossa qualidade de vida. Desde a maneira como nos vestimos até como nos alimentamos resultam em impactos no meio ambiente. Isso é uma via de mão dupla. Impactamos e na mesma proporção somos impactados.

Algumas iniciativas regionais conseguiram implantar com êxito processos sustentáveis de geração de energia, agroecologia, gestão do lixo, reflorestamento, de transporte e moradias. Entretanto, a dinâmica da sustentabilidade requer a adesão global se considerarmos o nível de degradação do planeta e a escassez de recursos naturais. Uma sociedade global sustentável deve ser baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, justiça social e conjugar desenvolvimento sustentável com crescimento da economia. É necessário que sejamos responsáveis uns para com os outros, e com aqueles que vierem depois de nós. Caso contrário, o preço cobrado pelo planeta pode ser impagável. Os recursos naturais estão divididos entre renováveis e não renováveis.

Recursos Naturais Renováveis: luz solar, energia eólica. Também são considerados renováveis a água, o solo e as florestas, mas dependem da ação humana quanto à preservação, conservação e renovação.

Recursos Naturais Não Renováveis: carvão, ferro, petróleo, xisto, gás natural, ouro, alumínio.

Nosso modo de vida está levando o planeta a um ponto crítico de degradação em consequência dos nossos hábitos de consumo. Tais hábitos impactam diretamente no plano ecológico global.

O mapa de produção e consumo é aterrorizante: 25% da população mundial que vive nos países desenvolvidos demanda nada menos do que 75% dos recursos naturais do planeta (PORTILHO, 2005).

Alguns avanços são notados na forma de pensar e agir das populações e iniciativas individuais. Entretanto, o desafio é influenciar e modificar o pensamento das pessoas em relação ao consumo e hábitos sustentáveis. Segundo o autor do livro Impacto Oculto, Porcelijn aponta que 71% do nosso impacto está oculto: “O maior impacto ambiental não é causado exatamente pelos carros que dirigimos ou pelo ar-condicionado das casas e, sim, por produtos que consumimos: livros, eletrônicos, roupas, alimentos”. Mas é possível ser "eco positivo" e trabalhar para que sua influência na mudança de hábitos das pessoas ao seu redor, em casa, no trabalho e em outros grupos, seja maior do que seu impacto no mundo como consumidor. Veja ações que podem ser tomadas:



Todos os nossos hábitos resultam em alguma alteração no meio ambiente e os efeitos podem ser notados pelas chuvas volumosas ou secas mais severas, incêndios florestais, furacões, alterações na temperatura média da Terra. Tratando-se de países, os dez com maior Pegada Ecológica per capita são: Emirados Árabes Unidos, Catar, Dinamarca, Bélgica, Estados Unidos, Estônia, Canadá, Austrália, Kuwait e Irlanda. O Brasil ocupa a 56ª posição neste ranking.

Se mantidos os hábitos atuais de produção e consumo, até 2030 precisaremos de uma capacidade produtiva equivalente a dois planetas Terra para satisfazer os níveis anuais da nossa demanda.

As metas globais e individuais devem ser transformadoras para que se alcance a sustentabilidade em sua plenitude, ou seja, um mundo livre da pobreza e fome, onde toda a vida possa prosperar de forma segura, com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social, onde o bem-estar físico, mental e social é assegurado, um mundo onde seja garantido ao ser humano o direito à água potável e ao saneamento, onde o alimento seja suficiente,

seguro, acessível e nutritivo e que o acesso à energia tenha custo razoável, confiável, sustentável e universal.

Pelos objetivos acima descritos e dos quais são signatários os países integrantes das Nações Unidas, a sustentabilidade deixa de ser apenas um discurso alarmista ou apelo de consumo, mas torna-se um modo de vida que garanta a sobrevivência harmônica na Terra.

Exemplificando: se cada um de nós descartar de forma indevida apenas um canudo de plástico, já pensou no impacto causado ao meio ambiente?

O Fórum Econômico Mundial relata a existência de 150 milhões de toneladas métricas de plásticos nos oceanos. Se o consumo de plástico seguir o ritmo atual, cientistas preveem que haverá mais plástico do que peixes no oceano até 2050. Segundo a revista Science, a humanidade gera um total de 275 milhões de toneladas de resíduos plásticos por ano. Deste total, entre 4,8 milhões e 12,7 milhões de toneladas chegam aos oceanos (JAMBECK, 2015).

Como uma primeira solução, o denominado “consumidor verde”, que apresenta hábitos de consumo de forma consciente, se multiplica. É um indivíduo que prioriza produtos e empresas que levam em conta a dimensão ambiental. Entretanto, o consumo verde não resolve a equação, pois enfatiza determinados pontos, deixando de lado os processos de produção e distribuição, além da cultura do consumo.

Cada atitude importa, pode ser ao economizar água no banho, descartar corretamente o lixo, consumir de forma consciente canudos, sacolas e garrafas, entre outros. Embora pareça não ter significado global, muitos de nós ao redor do mundo temos os mesmos hábitos e, ao reduzir o consumo, contribuimos ativamente para a conservação do meio ambiente.

Entendendo a biodiversidade

A biodiversidade é essencial para nossa saúde, bem-estar, alimentação e segurança, bem como a estabilidade dos sistemas econômicos e políticos em todo o mundo. É composta de todas as coisas vivas e pelos ecossistemas que fazem parte. Em uma escala geográfica vai desde um pequeno terreno para estudo até o planeta inteiro.

Toda essa diversidade não está distribuída uniformemente em todo o planeta. Fatores como clima, geologia e evolução histórica da Terra definem as ecorregiões. Nessas áreas, ocorre forte interação de processos ecológicos e evolutivos. A Amazônia, por exemplo, concentra diversas ecorregiões. A biodiversidade é a “infraestrutura” que sustenta toda a vida na Terra para que a humanidade exista e continue a progredir. Proteger os ecossistemas e prevenir a destruição de florestas são formas importantes de reduzir as emissões de carbono. O desmatamento deve ser zerado. Como as árvores e plantas absorvem CO₂, o plantio florestal em grande escala e a restauração de ecossistemas danificados, como pântanos e mangues, também são métodos potencialmente significativos de remover o carbono da atmosfera e também trazem muitos benefícios, incluindo a filtração melhorada de água, a proteção contra inundações, saúde do solo e habitat da biodiversidade.

As várias espécies, processos, sistemas e ecossistemas criam as condições da vida na Terra: alimentos, água e oxigênio, além de medicamentos, combustíveis e um clima estável, entre tantos outros benefícios.

A ação humana tem a capacidade de alterar drasticamente a diversidade biológica. A perda dessa diversidade se tornou um dos problemas mais preocupantes. A extinção de algumas espécies demonstra a necessidade de ação imediata de proteção e reversão do quadro de desolação. Considerando a nossa biodiversidade, temos grandes desafios e responsabilidades para a conservação das espécies em escala mundial. A biodiversidade não deve ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim a base da competitividade em um ambiente global, ressalta o relatório da BPBES (Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos).

O Brasil abriga a maior biodiversidade do planeta. Nossa biodiversidade é a “galinha dos ovos de ouro” desperdiçada, segundo diagnóstico da BPBES. Cerca de 20% do número total de espécies da Terra está em nosso território. Além disso, devemos considerar a sociobiodiversidade, representada por povos indígenas e comunidades com conhecimentos tradicionais, e muitas vezes não documentadas, de conservação da biodiversidade.

O Índice do Planeta Vivo, que mede os níveis de abundância de biodiversidade com base em 16.704 populações de 4.005 espécies de vertebrados em todo o mundo, mostra um declínio geral de 60% desde 1970.

Segundo o diagnóstico da BPBES, mais de 245 espécies de plantas são empregadas em produtos cosméticos e farmacêuticos e 36 registradas como fitoterápicos. São dessas espécies que se extrai a base usada em produtos para retardar o envelhecimento e melhorar a circulação sanguínea, por exemplo. Além disso, temos o valor alimentar de diversas plantas nativas e as frutas brasileiras são a de maior teor de vitaminas A e C do mundo.

A Amazônia é de uma riqueza incalculável. O açaí é um importante exemplo do uso sustentável da biodiversidade. Além do interesse das aplicações farmacêuticas e industriais de moléculas de espécies nativas de micro-organismos, plantas e animais.

A soja, de importância agrícola brasileira, depende das abelhas e se torna mais produtiva graças a esses polinizadores. Nem mesmo o tomate dispensa a ação dos polinizadores. O café se frutifica graças à polinização por uma espécie de abelha brasileira. Mas essas abelhas, do grupo Meliponinae (sem ferrão), podem estar extintas até 2030.

O Brasil é dono de uma das biodiversidades mais ricas do mundo, possui as maiores reservas de água doce e um terço das florestas tropicais que ainda restam. Estima-se que aqui esteja uma em cada dez espécies de plantas ou animais existentes. Na Amazônia, vivem e se reproduzem mais de 1/3 das espécies existentes no planeta. Ao todo, abrigamos seis biomas:





A Amazônia corresponde ao maior bioma brasileiro; a Caatinga ocupa dez estados brasileiros; o Cerrado, com 5% da biodiversidade do planeta, é a savana mais rica do mundo; temos ainda a Mata Atlântica, como um bioma reconhecido como Patrimônio Nacional; os Pampas, que nos apresentam paisagens naturais variadas; e o Pantanal é uma das maiores extensões úmidas do planeta.

Cada um deles com diferentes tipos de vegetação e fauna. A sua conservação e uso sustentável são indispensáveis para a manutenção e sobrevivência humana. Preservar o habitat de diferentes espécies é preservar a vida de todas as espécies, inclusive a humana.

As populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais têm sua existência baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais. Outro aspecto da sustentabilidade é o patrimônio genético e os conhecimentos

tradicionais. Ambos, associados, têm contribuído para o desenvolvimento de setores, como de cosméticos, farmacêuticos, agricultura e pecuária. A sustentabilidade está presente em nossa vida.

A biodiversidade é o elo entre os organismos existentes na Terra, cada ecossistema é interdependente onde cada espécie desempenha seu papel específico. Uma crise de biodiversidade afeta nossa saúde e coloca em risco os meios de subsistência.

A redução da biodiversidade nos levará inevitavelmente a um futuro de escassez de alimentos, estaremos mais expostos a pragas e doenças e a água potável será irregular ou escassa.

Os frutos da biodiversidade, além dos produtos extraídos da natureza, abrangem uma gama de produtos e serviços ecológicos, incluindo a redução das emissões de gases do efeito estufa, a capacidade de adaptação aos eventos climáticos ou naturais que se intensificam agora e progressivamente no futuro, potencial de descobertas de novos produtos industriais, como cosméticos e medicamentos. Outros aspectos em risco são as condições adequadas a uma vida saudável, com lazer, conhecimento, respeito cultural e paisagens.

Em geral, o crescimento populacional e os nossos hábitos de consumo são os motivos para essa enorme perda da biodiversidade. A destruição do habitat e do comércio da fauna silvestre são as principais causas da queda da população de determinadas espécies. Vivemos em um descompasso ecológico no qual usamos os recursos em velocidade superior à sua capacidade de regeneração, criamos resíduos como o CO₂ em velocidade superior à sua capacidade de absorção. A quantidade e o alcance dos efeitos e impactos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade ainda não são totalmente conhecidos, assim como a capacidade de os seres vivos se adaptarem a esses impactos. Diferente dos seres humanos, muitas espécies de animais não podem se proteger de certos impactos climáticos e são levados à extinção.

A WWF (World Wide Fund for Nature) é uma Organização não governamental internacional que atua nas áreas da conservação, investigação e recuperação ambiental, tem como missão deter a dessa degradação do ambiente natural do planeta e construir um futuro em que os seres humanos vivam em harmonia com a natureza, conservando a

diversidade biológica mundial, assegurando que o uso de recursos naturais renováveis seja sustentável e promovendo a redução da poluição e o desperdício no consumo, para o benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações.

Exemplificando: Segue algumas atitudes práticas que podem fazer a diferença e contribuir para diminuir tais impactos.

- Saber a procedência de determinado produto, como foi feito, que destinos são dados aos resíduos, antes de comprar se informe, e na dúvida não compre.
- Procure produtos de madeira de fonte legítima e sustentável.
- Reduza o consumo de papel e prefira o reciclado. O uso de papel 100% reciclado poupa 24 árvores por tonelada de papel.
- Compre pescados sustentáveis, evite espécies ameaçadas. A diversidade marinha está sendo devastada pela pesca excessiva.

Por que chove em alto mar?

A química, a física e a biologia presentes no planeta Terra fizeram dela um organismo vivo que como tal é capaz de regular sua temperatura e seus elementos químicos de modo a favorecer a vida.

Embora a luminosidade do sol tenha aumentado cerca de 30% desde que a vida começou há 4 bilhões de anos, o sistema vivo reagiu como um todo para manter as temperaturas em níveis adequados para a vida.

Em 1969, o médico e cientista britânico James Lovelock, que trabalhava no Laboratório de Propulsão a Jato da Califórnia, levantou a hipótese de que a Terra é um ser vivo auto sustentável, capaz de gerar, manter e alterar suas condições ambientais. Mas Gaia, na mitologia grega é a deusa que representa a Terra, tem a teoria que oferece insights sobre mudança climática, energia, saúde, agricultura e outras questões de grande importância. Alguns cientistas atribuem à Terra a capacidade de autorregular a

temperatura global, o conteúdo atmosférico, a salinidade oceânica, assim como outros fatores que possibilitam a vida e isso de maneira automática.

Nos últimos 15-20 anos, muitos dos mecanismos de autorregulação da Terra foram identificados, como exemplo, a formação de nuvens sobre o oceano aberto é quase inteiramente uma função do metabolismo de algas oceânicas que emitem uma grande molécula de enxofre (como gás residual) tornando-se o núcleo de condensação das gotas de chuva. Anteriormente, pensava-se que a formação de nuvens sobre o oceano era um fenômeno puramente químico/físico. A formação de nuvens não apenas ajuda a regular a temperatura da Terra, é um mecanismo importante pelo qual o enxofre é devolvido aos ecossistemas terrestres. A Teoria de Gaia pode nos ajudar a modelar as atividades humanas. O conceito oferece lições para o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento sustentável.

Especificamente no Brasil, que concentra grande parte da Amazônia, se continuarmos no atual ritmo de transformação de florestas em fazendas de gado e outras explorações, provavelmente sofreremos uma crise aguda de água. São necessárias outras formas de produção de alimentos, como a produção sintetizada a partir de dióxido de carbono, nitrogênio, água e alguns minerais e deixar em segundo plano a forma atual e ineficiente de produzir comida criando bois e carneiros, ou favorecendo a criação de animais menores, como aves e suínos.

Ciclos para manutenção da vida



A vida na Terra é totalmente dependente dos ciclos biogeoquímicos, necessitando do equilíbrio para sua autossustentação.

Com o surgimento das primeiras formas de vida, criou-se uma nova esfera na Terra:

- atmosfera (parte gasosa);
- litosfera (parte mineral);
- hidrosfera (parte líquida);
- biosfera correspondente a toda parte onde há vida.

As quatro esferas da Terra formam um ecossistema. A atmosfera, a hidrosfera e a litosfera se mantêm em equilíbrio dinâmico para garantir a manutenção dos componentes essenciais à vida. Os ciclos que mantêm o equilíbrio dos elementos essenciais à manutenção da vida no planeta são chamados ciclos biogeoquímicos. Estes ciclos são interativos e/ou interdependentes durante as etapas de seu desenvolvimento.

A vida na Terra é totalmente dependente deles, necessitando do equilíbrio para sua autossustentação.

Sendo a Terra um sistema dinâmico, as substâncias são continuamente transformadas. O estudo desses ciclos permite avaliar o impacto ambiental que um material potencialmente perigoso possa vir a causar no ambiente e, dessa forma, nos seres vivos que dependem desse meio para sobrevivência. Os organismos que compõem um ecossistema podem ser agrupados de acordo com seus hábitos. A sequência de seres vivos em que um serve de alimento para o outro é chamada de cadeia alimentar. Dessa forma, os seres vivos mantêm constantes trocas de matéria com o ambiente. Os componentes são usados e devolvidos ao ambiente pelos chamados ciclos biogeoquímicos. São eles: da água, do carbono, do oxigênio e do nitrogênio.

A interferência do homem causa o desequilíbrio nos ciclos e afeta a forma com que a ecosfera lida com o balanço químico do solo, ar e água. Este desequilíbrio pode causar a extinção de uma espécie ou criar uma superpopulação.

A condição para o crescimento populacional sofre impactos do meio ambiente, assim como também é impactado por ele.

Com o surgimento das grandes cidades, a necessidade de alimentos e produtos aumentou de forma concentrada. Temos ainda os dejetos industriais, como os plásticos e os metais pesados, depositados em grandes volumes na natureza.

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), organismo da ONU responsável por questões populacionais, nos últimos anos, a população mundial mais que duplicou.

A população mundial cresceu cerca de 1,6% ao ano, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 3% ao ano. Significa dizer que o impacto da economia sobre o meio ambiente foi muito maior do que o impacto do crescimento populacional. Ou seja, em alguns países, em razão do aumento do PIB, os níveis de consumo cresceram absurdamente.

Nos leva à reflexão de que, enquanto os países mais pobres crescem populacionalmente, os mais ricos causam mais prejuízos ao meio ambiente com os hábitos de consumo e produção. Portanto, o crescimento populacional não é o único

responsável pelo esgotamento da biodiversidade e dos recursos naturais. Mais uma vez afirmamos que o envolvimento na causa da sustentabilidade, além de individual, deve envolver política mundial para a preservação e a conservação do meio ambiente. O crescimento da população seguindo os padrões de produção e consumo resulta inevitavelmente no descarte de resíduos com efeitos desastrosos na biodiversidade. Inversamente ao crescimento populacional, o desenvolvimento pautado na economia produz grande concentração de miseráveis e excluídos nos espaços urbanos marcados por extremas desigualdades sociais.

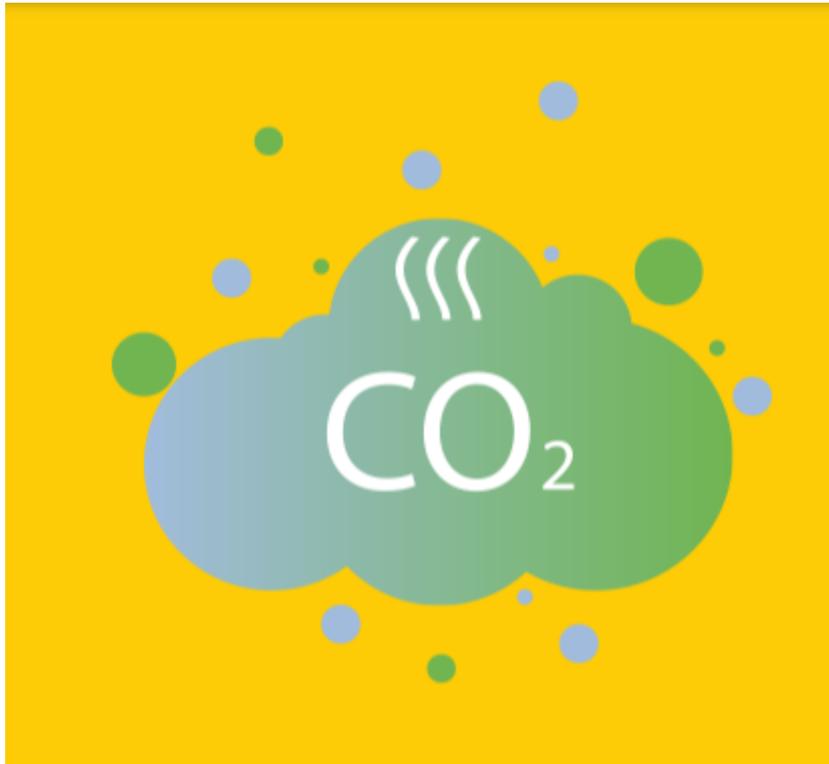
Em detrimento do desenvolvimento econômico, a má utilização dos recursos ambientais provoca o desmatamento contínuo, a destruição da biodiversidade nas áreas tropicais, inevitavelmente acompanhados de graves alterações climáticas, extração predatória dos recursos naturais e degradação do solo. O avanço da agricultura irrigada em grande escala, o uso de máquinas pesadas sobre o solo e os sistemas de irrigação impróprios e monoculturas geram a insuficiência de terras e ameaçam a segurança alimentar da população mundial. O desenvolvimento econômico adotado pela maioria dos países não foi capaz de melhorar as condições de vida das populações mais carentes. O modelo de crescimento econômico que ignora o desenvolvimento sustentável coloca à margem os mais fracos e os expõe às calamidades sociais, políticas e ambientais.

Devemos ter consciência que nosso modo de vida e hábitos de consumo terão reflexos em lugares que nem imaginamos ao redor do planeta.

Exemplificando: As sociedades devem prosperar cuidando do planeta. São necessárias atitudes que preservem o meio ambiente e que sejam, antes de tudo, sustentáveis, satisfazendo as necessidades atuais dos indivíduos, sem destruir os recursos indispensáveis ao futuro. Individualmente, cabe a cada um de nós buscar informações sobre os meios de produção, o descarte dos dejetos resultantes dos processos, repensar os nossos hábitos de consumo e em nosso microambiente promover mudanças que repetidas globalmente causem efeito positivo na preservação e conservação do meio ambiente.

O aquecimento global é provocado pelo homem?

O “aquecimento global” é o aumento desordenado nas emissões de gases poluentes na atmosfera, como o dióxido de carbono (CO₂), causa o efeito estufa e provoca o aquecimento global, que de forma objetiva é o aumento da temperatura média dos oceanos e da camada de ar próxima à superfície da Terra. Esse fator pode ser decorrente de causas naturais e da ação humana.



Vale ressaltar que o efeito estufa é necessário para a manutenção da vida na Terra. O prejudicial é a alteração dos gases que compõem a camada. As mudanças climáticas podem ser originárias de causas naturais, tais como a alteração na radiação solar e dos movimentos orbitais da Terra, mas podem ocorrer também como resultado da ação humana.

O órgão da ONU, responsável por produzir informações científicas sobre o tema, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), afirma que há 90% de probabilidade que a ação do homem tenha causado o aumento da temperatura na Terra.

Incentivado pelo interesse econômico, o agronegócio e a geração de energia, o aquecimento global vem aumentando consideravelmente ao longo dos anos e pouco se podem notar as iniciativas governamentais e corporativas que minimizem os danos causados ao meio ambiente.

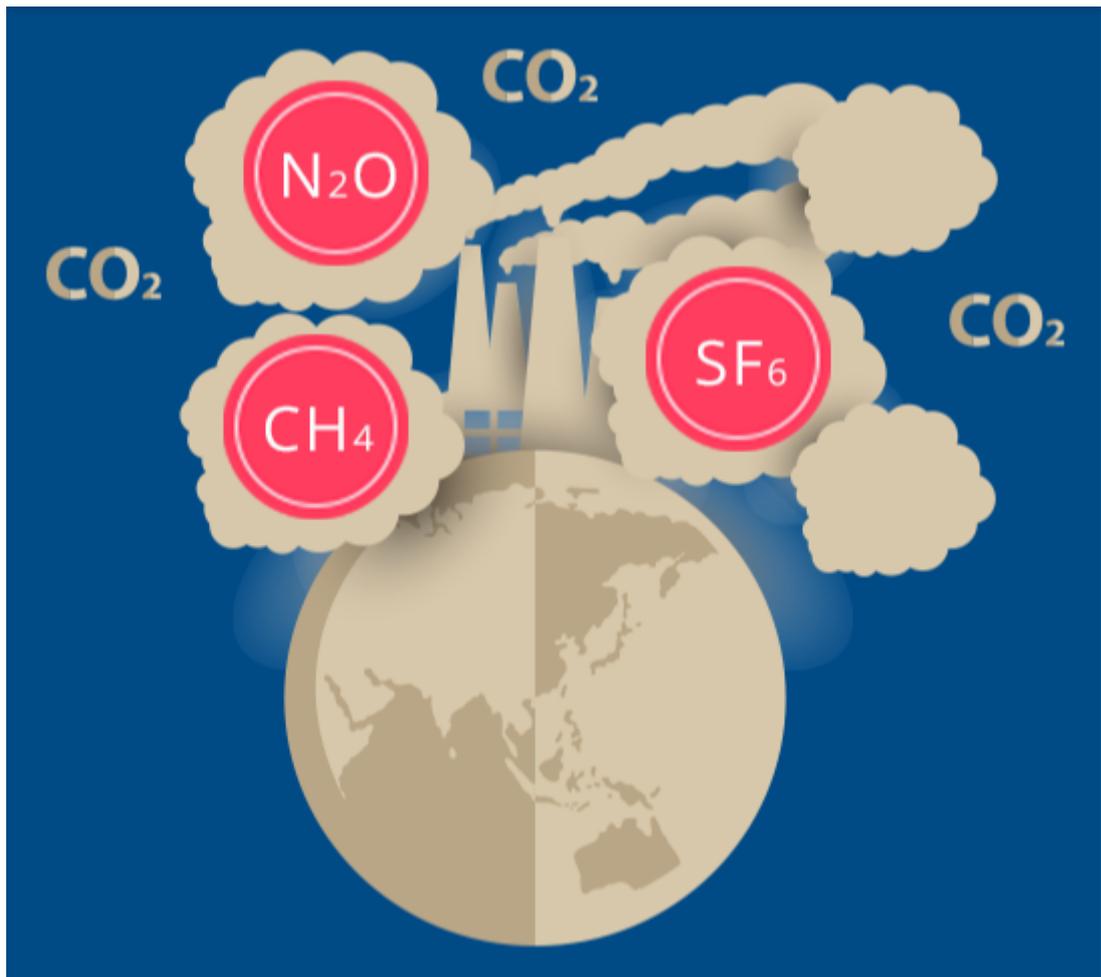
Considerando a Revolução Industrial como início das medições, o homem passou a despejar na atmosfera grandes quantidades de gases de efeito estufa, em especial o dióxido de carbono. A concentração original, que no período da Revolução Industrial era de 280 ppm de dióxido de carbono, aumentou expressivamente alcançando os atuais 400 ppm. Esse aumento intensificou de forma significativa o efeito estufa. Dessa forma, a atividade humana passou a ter grande influência nas alterações climáticas. Entre as ações humanas causadoras das alterações no clima e aquecimento global estão:

- as atividades industriais em grande escala;
- parte dos atuais sistema de transportes;
- a geração de energia a partir de queima de combustíveis derivados do petróleo, carvão mineral e gás natural;
- aglomerações urbanas;
- desmatamento;
- descarte indiscriminado do lixo;
- agropecuária.

Essas atividades geram um enorme volume de CO₂ e de gases causadores do efeito estufa.

Mesmo abrigando uma das maiores biodiversidades do planeta, o Brasil é um dos maiores emissores de gases de efeito estufa. As principais causas são as mudanças do uso do solo e o desmatamento. As áreas cobertas por florestas e os ecossistemas naturais são grandes reservatórios e consumidores de carbono em razão da alta capacidade desses sistemas de absorver e estocar CO₂. Nos casos de incêndio florestal ou o desmatamento, o carbono absorvido é liberado para a atmosfera. O efeito estufa é um fenômeno natural necessário para a manutenção da vida. Corresponde a um conjunto de gases que envolvem a superfície da Terra. Formado principalmente por gás carbônico (CO₂), metano (CH₄), N₂O (óxido nitroso) e vapor de água. Caso não existisse essa camada de gases, o planeta se resfriaria de tal forma a inviabilizar a sobrevivência de espécies variadas. O gás metano (CH₄) tem um efeito no aquecimento global 21 vezes maior que o CO₂. É produzido pela decomposição da matéria orgânica,

presente em aterros sanitários, lixões e pecuária. O óxido nitroso (N_2O) resultante do tratamento de dejetos animais, do uso de fertilizantes, da queima de combustíveis fósseis e de alguns processos industriais. O hexafluoreto de enxofre (SF_6) usado na indústria elétrica e metalúrgica também é mais ativo no efeito estufa do que o CO_2 . Como consumidores e agentes ativos do uso e descarte de diversos produtos, temos responsabilidade na emissão dos gases de efeito estufa.



Segundo estudos do Ministério do Meio Ambiente, sem o efeito estufa a temperatura média do planeta seria da ordem de 18 °C negativos. Em condições equilibradas, a troca de energia entre a superfície terrestre e a atmosfera mantém as atuais condições, que proporcionam uma temperatura média global, próxima à superfície, de 14 °C.

Muitas ações são capazes de degradar o meio ambiente. A quantidade de gases de efeito estufa e o aumento com o passar do tempo têm como consequência a camada ficar cada vez mais espessa e densa e, por isso, retendo mais calor na Terra. Os

resultados já podem ser facilmente notados: aumento da temperatura média da atmosfera terrestre, dos oceanos e ocasionando o aquecimento global. São claros os resultados das alterações climáticas, em que destacamos o aumento da temperatura média global do ar, dos oceanos, do derretimento generalizado da neve e do gelo, e da elevação do nível do mar.

O 4º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) aponta que as temperaturas médias da superfície terrestre são as maiores dos últimos 500 anos. Somente no último século, a temperatura média global da superfície aumentou 0,74 °C, segundo o IPCC.

Diversas atividades humanas e setores da economia são responsáveis pela emissão desses gases. Um estudo do Instituto de Agricultura e Política Comercial (IATP) e da organização ambientalista Grain indica que as indústrias de carnes e laticínios já são responsáveis por mais emissões de gases de efeito estufa do que as empresas petrolíferas.

- Na agricultura, no preparo da terra para o plantio e a aplicação de fertilizantes;
- Na pecuária, pelo tratamento de dejetos animais e pela fermentação entérica do gado;
- No transporte, pelo uso de combustível fósseis como gasolina e gás natural;
- No tratamento de resíduos sólidos, pela forma como o lixo é tratado e disposto;
- Nas florestas, pelo desmatamento e degradação de florestas;
- Nas indústrias, pelos processos de produção, como cimento, alumínio, ferro e aço.

Segundo relatório científico da ONU, de 8 de outubro de 2018, é preciso limitar o aquecimento global em 1,5 °C. Caso as temperaturas globais subam 2 °C acima dos níveis pré-industriais, as consequências serão devastadoras, desde a perda de habitats naturais e de espécies até o aumento do nível do mar.

O Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sobre o aquecimento global que propõe a limitação de até 1,5 °C no aumento médio da temperatura da Terra é o texto científico mais importante sobre a mudança

climática e requer a atenção dos signatários do Acordo de Paris e deve orientar a tomada de decisões dos governos no aprimoramento de seus compromissos climáticos. O relatório chama a atenção para o fato de que as mudanças climáticas já são visíveis e têm impacto sobre os seres humanos e ecossistemas em todo o mundo. Reforça a necessidade de ação urgente, em todos os setores da economia e da sociedade.

No Brasil, a principal causa de emissões de gases de efeito estufa ainda é o desmatamento, que baixou há alguns anos, mas tem voltado a crescer. Isso acontece não só na Amazônia, mas também em outros biomas, como Cerrado e Mata Atlântica. Além disso, é extremamente necessário implantar efetivamente a agricultura de baixo carbono e formas mais eficientes e limpas de energia, em especial a solar descentralizada.

O Brasil possui inúmeros exemplos de boas práticas climáticas, que aliam menos emissão de carbono a avanços socioeconômicos, e precisam ser promovidas e intensificadas. Por mais impactantes que sejam os dados, o relatório mostra que um futuro de 1,5 °C ainda é possível se agirmos agora.

Embora grande parte das políticas de mitigação das alterações climáticas deva envolver os grandes meios de produção e remodelação do desenvolvimento econômico muitas vezes predatório, algumas atitudes individuais e repetidas por milhões de pessoas ao redor do mundo podem ajudar na conservação e preservação do ambiente.

Exemplificando: colocar em prática os 5R's básicos para a contribuição com o meio ambiente: Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

- Repensar: Avalie seu estilo de vida. Evite as compras por impulso ou em excesso. Compre de maneira consciente, valorize produtos que duram mais tempo, que sejam menos descartáveis.
- Reciclar: Escolha produtos feitos de material reciclado ou que possam ser reciclados após o uso;
- Recusar: Recuse produtos que causam impactos sociais ou ambientes negativos. Antes de comprar certifique-se de onde ele vem, como foi produzido, se a indústria cumpre a legislação trabalhista, há responsabilidade social e se os fornecedores locais são priorizados;
- Reutilizar: Encontre novos usos para as embalagens. A criatividade vai beneficiar o seu bolso e o planeta.
- Reduzir: Evite o consumismo e o desperdício. Compre menos e priorize embalagens econômicas.

Contribua para que os recicláveis sejam realmente aproveitados:

- As embalagens precisam ir para o lixo reciclável sem restos de comida. Mas não é preciso lavar com bucha e sabão, gastando água desnecessariamente. Quando for preciso, basta usar um fio de água ou reaproveitar a água da pia na lavagem da louça;
- Nunca jogue lixo na rua ou em qualquer lugar que não seja uma lixeira;
- Separe os materiais para ajudar no processo da coleta: em uma sacola vão os resíduos orgânicos (comida, papel higiênico, itens sujos ou molhados), e em outra sacola vão os resíduos secos recicláveis (papel, lata, plástico, vidro, isopor, papelão, embalagens longa vida, aço, etc).
- Leve os resíduos para os Pontos de Entrega Voluntária (PEV), caso não tenha o serviço de coleta seletiva na sua rua.

3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

O aquecimento global vem se tornando algo muito perigoso para o futuro de nosso planeta, porém, ao mesmo tempo ignorado pela vida social. No link abaixo explicaremos a causa e as consequências dos atos da humanidade, e como combatê-los para o futuro de nosso planeta e das novas gerações:

https://youtu.be/D_2JvXbY9j4

4. CONCLUSÃO

O Projeto integrado foi realizado utilizando de modelo a empresa Magazine Luiza, na qual buscamos informações e embasamento para a realização do mesmo, e onde pudemos aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo deste trimestre. Desta forma conseguimos colocar em prática e visualizar sistematicamente como uma empresa de grande porte opera, e todo planejamento estratégico que utiliza para o alcance de seus clientes, e ainda, todos os recursos dispensados para atingir as metas de vendas.

Conseguimos compreender também como funciona a uniformização das normas internacionais de contabilidade, e todas as dificuldades encontradas pelos empresários para a realização das demonstrações contábeis dentro das normas e parâmetros exigidos pela IFRS (International Financial Reporting Standards).

Entendemos que além de aumento do capital social, uma empresa pode utilizar outros meios para crescer, como a fusão ou incorporação de outras empresas, assim como pode vir a se dividir em duas, ou mais empresas com a cisão ou separação dos sócios.

Outro ponto importante e muito estudado atualmente é o tema da Sustentabilidade, e as diversas maneiras que podemos influenciar de forma positiva, ou negativa em nosso meio ambiente. Um bom profissional na área contábil, precisa além de tudo, estar atualizado com o tema para analisar e orientar aos possíveis clientes como ele pode contribuir com o meio em que atua, e quais maneiras de exercer a atividade proposta com o mínimo de risco ambiental. Um exemplo disto seria uma oficina mecânica, que tem por obrigação saber as normas de descarte dos óleos lubrificantes já utilizados.

Chegamos a conclusão que um atuar na área contábil é, acima de tudo, ser um profissional que precisa estar em constante evolução e atualização, precisa conhecer o meio atuante, assim como as atividades desenvolvidas por seus clientes. Precisa estar atualizado com a economia nacional e mundial, precisa saber que normas e regras são alteradas à medida que a sociedade evolui e apresenta novas necessidades.

REFERÊNCIAS

Descrição da empresa, Magazine Luiza, 2021, disponível em:
<https://ri.magazineluiza.com.br/show.aspx?idCanal=urUqu4hANldyCLgMRgOsTw==>.
Acesso em: 2022.

Variação cambial, UNIBH, 2020, disponível em:
<https://www.unibh.br/blog/entenda-como-funciona-a-variacao-cambial/#:~:text=Mas%20qual%20o%20conceito%20de.moeda%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20outra.>

Moeda funcional e operacional, CFCacademy, disponível em:
<https://cfcacademy.com.br/2021/09/05/moeda-funcional/>.

ANEXOS

Essa parte está reservada para os anexos, caso houver, como figuras, organogramas, fotos etc.